Sexta-feira, 17 de outubro de 2025 I Série — Número 26

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.os 254, 256 e 281/XVII/1.ª.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, sobre «Educação», foram discutidos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª (PS) — Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, e o Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª (PS) — Solicita ao

Conselho Nacional de Educação a elaboração de um estudo que perspetive a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que foi aprovado, juntamente com as seguintes iniciativas, votadas na generalidade: os Projetos de Resolução n.os 293/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que estabeleça mecanismos permanentes de monitorização, acompanhamento e avaliação no âmbito da transferência de competências para os municípios na educação, que foi rejeitado, 294/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão estruturada e abrangente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que foi aprovado, 291/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, que foi aprovado, 295/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, que foi aprovado, e 296/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores, que foi aprovado; os Projetos de Lei n.os 253/XVII/1.ª (PAN) — Consagra a possibilidade de existirem dois encarregados de educação dos alunos no caso de residência alternada, procedendo à alteração à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que foi rejeitado, 256/XVII/1.ª (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, e 258/XVII/1.ª (JPP) — Aproxima o regime de mobilidade por doença à sua natureza de proteção e equipara a prioridade dos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho (na redação do Decreto-Lei n.º 43/2025, de 15 de abril), 265/XVII/1.ª (BE) — Regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril), 266/XVII/1.ª (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, 272/XVII/1.ª (L) — Autonomiza a carreira especial dos inspetores da educação e 273/XVII/1.ª (L) — Garante justiça e formação nos estágios do mestrado em Ensino, tendo sido todos rejeitados; e os Projetos de Resolução n.os 66/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e a equidade na carreira docente, que foi aprovado, 325/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a regularização dos vínculos laborais precários dos técnicos especializados em estabelecimentos de ensino público e 332/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública, que foram rejeitados, 350/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente e 351/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização das tarefas educativas dos assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas, que foram aprovados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Porfírio Silva (PS), Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Manuela Tender (CH), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Ana Isabel Ferreira (PSD), Filipe Sousa (JPP), Andreia Galvão (BE), Pedro Tavares (CH), Manuela Carvalho (PSD), Maria José Aguiar (CH), Joaquim Barbosa e Célia Freire (PSD), José Carvalho (CH), Sofia Pereira (PS), João Tilly (CH), João Pedro Louro e Pedro Alves (PSD), Sofia Canha (PS), Rui Cardoso (CH), Rodrigo Saraiva (IL) e Aida Carvalho (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, peço às autoridades para abrirem as portas de acesso às galerias.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Vamos dar início à nossa sessão, e peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Lei n.os 254/XVII/1.ª (PAN), 256/XVII/1.ª (PCP) e 281/XVII/1.ª (IL).

O Sr. **Presidente**: — Vamos então entrar no primeiro ponto da ordem do dia, fixado a requerimento do PS, sobre «Educação», que consiste na discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª (PS) — Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e do Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª (PS) — Solicita ao Conselho Nacional de Educação a elaboração de um estudo que perspetive a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 293/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que estabeleça mecanismos permanentes de monitorização, acompanhamento e avaliação no âmbito da transferência de competências para os municípios na educação, 294/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão estruturada e abrangente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 291/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, 295/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, e 296/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores; com, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 253/XVII/1.ª (PAN) — Consagra a possibilidade de existirem dois encarregados de educação dos alunos no caso de residência alternada, procedendo à alteração à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, 256/XVII/1.ª (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, 258/XVII/1.ª (JPP) — Aproxima o regime de mobilidade por doença à sua natureza de proteção e equipara a prioridade dos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho (na redação do Decreto-Lei n.º 43/2025, de 15 de abril), 265/XVII/1.ª (BE) — Regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril), 266/XVII/1.ª (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, 272/XVII/1.ª (L) — Autonomiza a carreira especial dos inspetores da educação e 273/XVII/1.ª (L) — Garante justiça e formação nos estágios do mestrado em Ensino; e com os Projetos de Resolução n.os 66/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e a equidade na carreira docente, 325/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a regularização dos vínculos laborais precários dos técnicos especializados em estabelecimentos de ensino público, 332/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública, 350/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente e 351/XVII/1.ª (PSD) —Recomenda ao Governo a valorização das tarefas educativas dos assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista, que dispõe de 26 minutos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Num jornal diário de ontem, liamos uma notícia com o seguinte título «Falta de docentes agravou-se. Mas problema “deixou as manchetes”» — é isto que se passa com o Ministério da Educação.

Na oposição, era tudo fácil e rápido de resolver. Mas, com um ano e meio de Fernando Alexandre, tirando a habilidade para amaciar as manchetes, o que é que há de novo na realidade concreta das escolas? O que é que melhorou mesmo nas aprendizagens?

A falta estrutural de professores não se resolve usando, hoje, uns números para tentar criar um ilusório milagre instantâneo e, amanhã, perante o desmentido da realidade, vindo dizer que os números afinal não eram fiáveis. E, logo a seguir, para disfarçar a imprudência, encomendando uma auditoria que vem confundir mecanismos de colocação de professores com sistemas de informação, mas que não evita que se volte de novo ao jogo dos números para aplacar as manchetes, sem visíveis efeitos estruturais.

Introduzir modificações orgânicas sem clareza acerca das consequências pode ser útil para as tais manchetes, mas pode criar, em vez de resolver, problemas.

Cortar às fatias a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, da forma como foi feito, faz recear que, como já aconteceu no passado, a educação de adultos volte a ser vítima do prejudicial desinteresse da direita. O mesmo se pode dizer da Rede de Bibliotecas Escolares e do Plano Nacional de Leitura.

E também preocupa um certo alheamento do Ministério da Educação face a algumas das suas responsabilidades sociais, como aconteceu ao causar sérios problemas de funcionamento a muitas comissões de proteção de crianças e jovens, com a retirada abrupta de professores que aí exerciam funções críticas.

Já ouvir o Ministro dizer que os professores perdem a sua aura quando se manifestam faz recear que, para lá das manchetes, exista pouca vontade real de diálogo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no PS não prescindimos de escrutinar o Governo, mas somos uma oposição de proposta. Por isso, tomámos a iniciativa deste debate parlamentar sobre educação, porque olhamos tanto para o dia de hoje como para o futuro.

O Partido Socialista traz à consideração do Parlamento um projeto de lei que introduz alguns melhoramentos no modelo de gestão dos agrupamentos e escolas não agrupadas.

As modificações propostas vão no sentido de reforçar a combinação dos valores de liderança, colegialidade, garantia de serviço público, eficiência na prossecução dos objetivos, participação e trabalho colaborativo; da valorização das lideranças intermédias; do reforço da inserção da escola na comunidade, mas libertando-a da contaminação por dinâmicas político-partidárias locais; e do reforço da participação dos alunos nos órgãos de gestão das escolas, proporcionando a aprendizagem da cidadania pela experiência vivida.

Esta proposta orienta-se pelo princípio da subsidiariedade. A lei deve definir os aspetos estruturantes do regime de direção e gestão, deixando a implementação para regulamentação governamental.

Por outro lado, algumas decisões devem ficar para regulamento interno, ampliando-se a margem para a diversidade de soluções organizativas que cada escola identifique como mais adequadas à sua realidade. Deste modo, a escola é reforçada como instituição com identidade própria, que não se confunde com uma mera extensão local de uma administração nacional.

A proposta do PS sobre gestão das escolas é incremental, é reformista. Não introduzimos ruturas nem descontinuidades radicais, introduzimos melhorias que respondam às lições da experiência acumulada e acrescentem democracia e participação.

Sobre o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, não podemos limitar-nos ao objetivo, já de si nobre, de o desburocratizar. Esta matéria carece de um debate abrangente e aprofundado.

Precisamos, acerca das respostas a dar aos múltiplos fatores de complexidade que hoje atravessam as escolas, de encontrar convergências. A diversidade cultural e social, que deve ser enriquecedora, não pode parecer ameaçadora; as novas tecnologias digitais, que devem ser ferramentas dos humanos, não podem dominar a interação social; as novas formas de indisciplina e de violência não podem ter apenas uma resposta disciplinar, porque ela não contém a inteligência suficiente para prevenir e para sarar.

Por isso, propomos trazer o Conselho Nacional de Educação, no papel que legalmente lhe está consignado, para este alargamento do debate acerca do Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Retomamos ainda projetos apresentados e aprovados, na generalidade, na legislatura passada, mas caducados pela dissolução, acerca da avaliação dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, por um melhor enquadramento para os docentes que vieram do ensino superior, no quadro do regime do Decreto-Lei n.º 51/2024, bem como pela correção das ultrapassagens na progressão da carreira.

Apresentamos ainda um projeto relativo à revisão da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), que visa tanto valorizar a sua missão como tornar mais atrativa a carreira dos inspetores da IGEC.

A iniciativa do PS para este debate tem este significado: não descuramos a nossa responsabilidade no escrutínio da ação governativa, tal como não descuramos as nossas responsabilidades face aos destinatários de tudo o que possamos decidir acerca da escola pública — as crianças e os jovens, os alunos, que são, certamente, a prioridade para cada profissional da educação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, para a boa condução dos trabalhos, penso que o cronómetro vai ter de ser corrigido. Estão registados 11 minutos para a Iniciativa Liberal, mas tendo em consideração que aquele minuto adicional era por iniciativa legislativa, e considerando que o Partido Socialista bloqueou as propostas da Iniciativa Liberal, penso que nós só teremos 10 minutos.

Para que seja o tempo justo, regimentalmente previsto, tem de ser retirado 1 minuto à Iniciativa Liberal, por responsabilidade do Partido Socialista.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Porfírio Silva está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, talvez lhe pedisse o favor de explicar à Iniciativa Liberal que há regras sobre o número de projetos que cada grupo parlamentar pode trazer a um debate,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — São dois!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … o que também limitou o número de projetos que nós podíamos trazer, e que não houve nenhuma limitação da parte do Partido Socialista.

Há regras que todos temos de cumprir.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se vamos fazer aqui um debate sobre as regras ou não regras, remeto todos para lerem o Regimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É avançar!

O Sr. **Presidente**: — Leem o Regimento e, ao lerem o Regimento, sabem que esta matéria é uma questão objetiva.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estudassem!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o Sr. Deputado conhece tão bem o Regimento como eu e se está a pedir a palavra para prolongar o debate, como também já presidiu aqui aos trabalhos, sabe que isso não deve acontecer.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, como me conhece, sabe que me está a custar fazer isto, mas a questão é que a Iniciativa Liberal cumpriu o Regimento, apresentando duas iniciativas, que era o máximo, e as duas foram recusadas pelo Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portanto, aquilo que acabou por ser dito não corresponde aos factos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Na prática, é retirar 1 minuto à Iniciativa Liberal, e agradeço essa…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, bom, então é assim… Isto não precisa de começar já num registo que é acessório.
Sr. Deputado Porfírio Silva, faça favor, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, é só para dizer que, em nosso entender, o Sr. Presidente tem toda a razão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não interessa para nada essa conversa!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Há critérios objetivos quanto ao número de iniciativas que podemos arrastar e quanto à conexão material dos arrastamentos,…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … porque não podemos propor discutir desporto e trazer coisas sobre saúde para o debate.

O Sr. **Presidente**: — Todos sabemos…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Há critérios.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos então continuar.
O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Presumo que responderá em dois grupos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, para pedir esclarecimentos, dispondo de 2 minutos.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Deputado Porfírio Silva, que grande confusão vai na sua cabeça!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O Partido Socialista precisa mesmo de ajuda.

Risos de Deputados do CH.

Está desencontrado, está desorientado, está sem rumo, não tem qualquer adesão à realidade, aos problemas concretos da vida dos portugueses.

Depois do caos que deixaram na escola pública,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — … são estas as iniciativas que o Partido Socialista traz, perante a gravidade e a dimensão dos problemas que deixaram?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Os senhores não reduziram o número de alunos sem aulas, não resolveram a falta de professores,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm é falta de vergonha!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — … não reduziram a máquina burocrática do sistema educativo, não integraram o elevado número de alunos estrangeiros, não conseguiram fechar as portas da escola às cartilhas ideológicas, não valorizaram o ambiente fora da sala de aula.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Agora, o que importa é resolver estes problemas, e é isso que este Governo está a fazer, recuperando toda a confiança da comunidade escolar.

O Partido Socialista, com este debate, prova, uma vez mais, que se está a tornar irrelevante para a resolução dos problemas concretos da vida das pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E depois, Sr. Deputado, ouvi-o falar, daquela tribuna, da vontade real de diálogo!? Tenho de lhe recordar que os Governos da ausência de diálogo foram os Governos do Partido Socialista!

Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Deixaram a escola pública em tensão, em guerra. Não conseguiram dialogar com os professores,…

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — … coisa bem diferente deste Governo, que é um Governo de diálogo.

E veio também, daquela tribuna, falar da contaminação político-partidária das escolas?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Ó Sr. Deputado, isso espelha bem o vosso comportamento. Os senhores não julguem os outros por aquilo que são as vossas atitudes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — São os senhores que confundem o partido com o Estado. Deste lado, as coisas são bem diferentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Deputado, o interesse público estará sempre acima dos interesses partidários.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Diz lá isso sem te rires!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Para terminar, Sr. Deputado, isto, hoje, não é mais do que um número de entretenimento político por parte do Partido Socialista, que vai continuar a falar para si, porque não consegue dialogar com os portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (CH): — Sr. Presidente, temos de oferecer um lápis azul ao PS, que, à moda da censura do Estado Novo, bloqueou as propostas da Iniciativa Liberal sobre as escolas de ensino profissional artístico e que escolarizam alunos com deficiências graves, o que só mostra que este PS, que está aqui sentado hoje, é preconceituoso e perdeu toda a sua humanidade.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Estamos a falar de escolas onde não há uma rede pública de ensino que preste um serviço público de educação e onde estão muitos filhos de pais socialistas.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — É um debate subordinado ao tema da educação, onde se vai falar de tudo, desde o pré-escolar aos ensinos básico e secundário, Estatuto do Aluno e Ética Escolar, assistentes técnicos e operacionais, Inspeção-Geral da Educação e Ciência e ensino superior.

O debate de hoje, dizem, circunscreve-se a matérias relativas ao funcionamento do ensino público, e, por isso, gostaria de perguntar ao PS se sabe o que diz o artigo 75.º da Constituição da República Portuguesa. O acesso universal à educação deve ser assegurado a todos e em todo o lado, mesmo onde o Estado não tenha escolas suas, mesmo quando as paredes não são públicas, e, por isso, pergunto ao PS: o que é que acha relativamente aos milhares de alunos e aos milhares de professores e pessoal não docente dessas escolas? Não são dignos de serem incluídos neste debate?

Os portugueses têm sido claros nas suas escolhas eleitorais: estão fartos de conviver com os problemas de sempre e não se importam de deixar cair os partidos que fazem do ensino uma luta partidária e sectária. Este PS ainda não perdeu o suficiente para perceber isto!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, ao conhecermos a proposta de projeto de lei do PS, perguntamo-nos: o que fez o PS mudar de ideias em relação ao modelo de gestão criado pelo PS? — um modelo desde sempre contestado pelos professores, sindicatos e comunidade escolar, porque nunca se revelou um modelo democrático e participativo da gestão das escolas.

Na verdade, o Livre sempre defendeu um modelo mais democrático de gestão, que fosse verdadeiramente representativo dos profissionais da educação.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Antes de 2008, as escolas eram geridas por um conselho executivo eleito diretamente pelos professores. O Decreto-Lei n.º 75/2008 substituiu esse modelo colegial por um modelo de direção unipessoal, em que o diretor é eleito pelo conselho geral.

Diz o atual projeto do PS, e cito: «o Conselho Geral deixa de eleger a Direção, para se conseguir a separação de duas dinâmicas: por um lado, o processo eleitoral para a Direção (que é, muitas vezes, a ocasião para a contaminação do Conselho Geral pelas dinâmicas político-partidárias locais)…» — e nós concordamos — «…e, por outro lado, todo o trabalho de orientação estratégica e de ligação entre a comunidade escolar e a comunidade educativa […]».

Felicitamos o PS por ter mudado de opinião, se bem que mais de uma década e meia depois. De facto, durante todos estes anos, as escolas não tiveram um modelo de gestão verdadeiramente democrático e colegial e estiveram expostas à contaminação político-partidária.

Sr. Deputado, terá sido isso que vos fez, finalmente, mudar de ideias? Ontem já era tarde e, por isso, vamos acompanhar também este vosso projeto.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Porfírio Silva, tem 3 minutos para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, agradeço às Sr.as Deputadas as questões que me colocaram.

Começando pela Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, não vamos repetir o número pré-debate. Há regras nesta Casa, regras para cumprir, e uma delas é a conexão material com o tema do agendamento.

Vozes da IL: — Foi a escolha do PS!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Outra vez?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Era prerrogativa do Partido Socialista, se o Partido Socialista quisesse, ter impedido o arrastamento de qualquer diploma. Não fizemos isso!

Vozes da IL: — Fizeram, fizeram!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não fizemos isso porque queríamos debate, mas quem quer vir a debate tem de cumprir as regras. Isto não é tão liberal, tão liberal que se deitem as regras para o lixo, é preciso cumpri-las.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Vozes da IL: — E cumprimos!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Quanto à Sr.ª Deputada Filipa Pinto — peço desculpa por não estar a olhar para si, mas tenho de olhar para a frente —, sobre o que é que fez o PS mudar de opinião acerca da gestão das escolas: o que faz o PS evoluir na sua opinião ao longo do tempo é a realidade, que evolui.

O PS pôs em funcionamento um modelo de gestão das escolas, já há uns13 anos, que respondia ao facto de o modelo anterior não estar a funcionar. O modelo anterior não estava a funcionar, por exemplo, porque não havia quem se candidatasse à gestão das escolas. Era preciso encontrar outra solução e nós fomos procurar essa solução.

Passado este tempo todo, vemos que há dificuldades, vemos que é preciso melhorar a participação; que é preciso melhorar a colegialidade; que é preciso separar os processos externos à escola dos processos internos à escola; que é preciso pôr os alunos, os encarregados de educação e os pais, os professores e os técnicos a votar para a direção da escola, porque isso aumenta o seu empenhamento. É essa realidade que nos faz fazer evoluir na nossa posição.

Se a Sr.ª Deputada acha que o Partido Socialista tem, e continua a ter, o papel que tem na democracia portuguesa por ter hoje as mesmas opiniões que tinha há 50 anos, está enganada. Nós continuamos a ser relevantes porque adaptamos os nossos valores, os nossos princípios, à evolução da realidade e àquilo que aparece de novo e temos de resolver.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Quanto à Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, estava à espera que um partido estruturante da escola pública, que antes de se ter metido em coisas radicais era parceiro na construção da escola pública, tivesse vindo a debate com qualquer coisa de mais relevante.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Também esperava que um partido estruturante da escola pública não evitasse ouvir aquilo que o orador está a dizer, falando ao mesmo tempo, mas vou lhe responder, Sr.ª Deputada: o problema da falta de professores começou quando o Governo do PSD e do CDS disse aos professores que havia professores a mais e que tinham de procurar outra profissão ou outro país.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e de Deputados do CH.

O problema da falta de professores na escola pública começou quando os senhores atiraram perto de 30 000 professores para fora da escola pública. Foi aí que começou o problema da falta de professores.

Protestos da Deputada do PSD Ana Gabriela Cabilhas.

O problema da falta de professores na escola pública continuou quando, já em 2019, o então presidente do PSD insistia, passados esses anos todos, que havia professores a mais. Foi aí…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Ana Gabriela Cabilhas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, em matéria de educação, o PS não tem nada para ensinar a esta Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em primeiro lugar, é absolutamente extraordinário ouvir agora o PS falar em maior participação das famílias nas escolas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este é o PS que quis impedir os pais de exercerem os direitos mais básicos sobre a educação dos seus filhos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso não é na escola, isso é lá em casa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este é o PS que acha, de acordo com as palavras do chefe de gabinete do ex-Ministro de Educação, João Costa, que o papel das escolas é retirar os alunos das famílias para poderem crescer em comunidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este é o PS que quis castigar as famílias que resistiram à doutrinação ideológica nas escolas.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH.

Em segundo lugar, quanto à transferência de competências para as autarquias, este é mais um caso típico de gestão socialista: prometer sem fazer. Grandes anúncios, proclamações acaloradas, mas depois falta sempre o mesmo, as verbas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por todo o lado, dezenas de milhões de prejuízos de todas as autarquias, porque as autarquias foram enganadas — repito, foram enganadas! — com promessas de transferências financeiras que nunca chegaram a acontecer, por responsabilidade exclusiva dos Governos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já falta a verba?!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em terceiro lugar, o último ato desta farsa de mau gosto: o PS vem agora propor a contabilização do tempo de serviço dos professores e a correção das ultrapassagens na carreira dos professores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma lata!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas eu pergunto: quem é que criou o problema das ultrapassagens? Foi o PS!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Qual foi o Primeiro-Ministro que ameaçou demitir-se se o tempo integral dos professores fosse contabilizado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi o Primeiro-Ministro do PS, foi António Costa!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E o que é que vocês fizeram?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, pergunto o que é que merece uma nota mais negativa: a incompetência das políticas socialistas para a educação ou a falta de vergonha do PS…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … em vir agora dar lições sobre problemas que foi precisamente o PS que criou no passado?

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Porfírio Silva, congratulamos o PS pela fixação desta ordem do dia sobre educação. Apesar de não partilharmos a mesma visão, sublinhamos a necessidade de um debate profundo sobre educação em Portugal.

Relativamente ao Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª, que apresenta alterações ao regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos de educação, o PS propõe um modelo que mantém a estrutura vigente com alguns ajustamentos pontuais que, alegadamente, visam reforçar a democracia interna e a participação dos diversos atores e da comunidade.

Depois de tantos anos no Governo, só hoje o Partido Socialista sente essa urgência?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): —Porque é que não alteraram o modelo antes?

Embora a exposição de motivos refira aos riscos de contaminação do conselho geral pelas dinâmicas político-partidárias locais, que todos conhecemos e contra as quais todos temos de lutar,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — … apenas se propõe retirar do conselho geral a competência de eleição da direção, propondo, ao mesmo tempo, reforçar a integração de membros externos.

Ora, a influência do poder político não se manifesta apenas na eleição do diretor, é preciso garantir uma participação mais alargada na eleição por parte de docentes, assistentes operacionais e técnicos, representantes de alunos e pais, mas também maior poder de escrutínio e prestação regular de contas. O vosso projeto de lei não fica aquém neste desígnio?

O reforço da participação de personalidades externas, até 25 % do conselho geral, não pode abrir espaço a uma maior contaminação político-partidária?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sem desprimor do mérito de algumas propostas, as iniciativas do PS e do Bloco de Esquerda parecem querer transformar as escolas em assembleias políticas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — … e todos temos consciência das consequências disto: o clima de autoritarismo, perseguição e medo que se vive em algumas escolas e o impacto que isto tem na avaliação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — O Chega defende uma escola da excelência, autoridade e mérito. Queremos libertar as escolas da interferência política e da doutrinação…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Porfírio Silva, cumprimento o Partido Socialista por ter trazido a debate matérias na área da educação, tão importantes que são, de facto, para a valorização da escola pública, mas não posso deixar de começar esta intervenção sem lhe fazer uma pergunta.

O Partido Socialista traz a debate, e colocou diversas questões na sua intervenção, a propósito da gestão das escolas, mas esta lei que está hoje em vigor é da responsabilidade do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E do PCP!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que levam pancada de todos os lados, inacreditável!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foi preciso passarem mais de 15 anos sobre esta lei para perceberem que ela não é solução? Aliás, é um problema na escola pública!

Nós denunciámo-lo, desde logo, dizendo que iria levar à concentração de poder, com o fim de órgãos colegiais e com órgãos unipessoais, e que iria levar a uma redução da democraticidade e da participação por parte da comunidade escolar.

Protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP.

Não venham, porque tanto o Chega como o PSD, a Iniciativa Liberal e o CDS estão de acordo com tudo isto! E há responsabilidades, sim, do Partido Socialista, mas aquilo que estão a fazer ainda é pior, ainda está a agravar mais a situação na escola.

Não posso deixar de fazer uma outra pergunta. Traz aqui um conjunto de questões, por exemplo, sobre a transferência de competências para as autarquias, que, na prática, aliás, só foi possível porque o PSD deu a mão ao Partido Socialista para o fazer, e já se sabia que não havia meios, que não havia condições para o exercício dessas competências. Foi uma transferência de encargos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, foi a geringonça que começou!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sobre a falta de profissionais na área da educação nas escolas, faltam professores, é certo, faltam assistentes técnicos, faltam auxiliares da ação educativa, faltam psicólogos, falta um conjunto de profissionais para acompanhar os estudantes, mas a verdade é que tiveram também responsabilidades e não resolveram o problema.

Trazem hoje uma proposta para a revisão do rácio, mas porque não resolveram quando foram Governo? Não foi por falta de propostas por parte do Partido Comunista Português, o PS é que as recusou sempre! A verdade é que a degradação das condições da escola tem também a responsabilidade do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Porfírio Silva, tem 3 minutos para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado e às Sr.as Deputadas as perguntas. Vou começar pelas Sr.as Deputadas e terminarei com a resposta ao Sr. Deputado, não por uma questão de machismo, mas por uma questão de prioridades políticas.

Sr.ª Deputada Manuela Tender, não estou de acordo com praticamente nenhuma das soluções que a Sr.ª Deputada indicou que seriam as do Chega. Mas colocou questões sobre propostas que estão em debate, o que, face àquilo que temos visto aqui de outras bancadas, já é um mérito grande, e saúdo-a por isso.

Aplausos de Deputados PS.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Se chegarmos à especialidade, teremos ocasião para discutir as propostas do Chega que possam aparecer em alternativa às nossas propostas, mas, de facto, parece que há aqui outros grupos parlamentares a quem não interessa nada discutir a gestão das escolas.

Sr.ª Deputada Paula Santos, já expliquei, ao responder à Sr.ª Deputada Filipa Pinto, porque é que o PS mudou de posição. O PS não mudou de posição, o PS evoluiu dentro do mesmo princípio.

Risos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Ah, os senhores não sabem o que é evolução? Não sabem, já tínhamos percebido isso, já tínhamos percebido isso.

Já expliquei e vou voltar a explicar: o modelo que foi substituído pelo modelo que existe atualmente tinha deixado de funcionar. Não havia professores a candidatar-se às direções das escolas. As direções ficavam vazias e eram precisas soluções administrativas. Era preciso resolver esta situação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esqueceu-se de quem é a culpa!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A Sr.ª Deputada diz: «Há 15 anos!» Sim, há 15 anos. Não se muda a gestão das escolas todos os dias, não se muda a gestão das escolas todos os anos, muda-se quando está amadurecido.

E, Sr.ª Deputada Manuela Tender, não tem de ser o Governo a fazer isso. A Assembleia da República tem competências legislativas. O facto de termos passado pelo Governo não tira nenhuma competência a este Parlamento.

Sr. Deputado Paulo Núncio, a sua arrogância é proverbial.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olha quem fala!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Quanto à incompetência dos Governos socialistas, tenho vários dados: a percentagem de jovens com qualificação profissional de nível secundário subiu, no nosso Governo, 50 %;…

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi tudo um desastre!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … a percentagem de jovens nem-nem com o nosso Governo veio para baixo da média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico); a taxa de participação na educação pré-escolar veio para níveis significativamente acima da média da OCDE com o Governo do PS.

Quanto a profissionais, os senhores tiraram 30 000 professores da escola pública, nós trouxemos de volta 9000 professores à escola pública.

Aplausos de Deputados do PS.

Quanto aos assistentes operacionais, reforçámos o rácio várias vezes; fizemos uma forte majoração para as turmas com presença de alunos com necessidades educativas específicas; colocámos um assistente operacional em cada sala de educação pré-escolar, coisa que nunca tinha acontecido; quase duplicámos o número de psicólogos nas escolas; quase duplicámos o número de terapeutas da fala, de animadores sociais e educadores sociais; integrámos na carreira mais de 6800 profissionais da educação.

Aplausos do PS.

Abrimos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O orador continuou no uso da palavra, apesar de o microfone estar desligado.

O Sr. **Presidente**: — Já não se ouve, Sr. Deputado. Terá de continuar noutra ocasião. É automático. O tempo é igual para todos. São as regras, são as regras.

Aplausos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a democracia!

O Sr. **Presidente**: — Antes de anunciar o próximo orador, queria dar a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 55 alunos e professores da Câmara Municipal de Paços de Ferreira,…

Aplausos gerais.

… um grupo de 68 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Alvalade, Lisboa,…

Aplausos gerais.

… e que hoje é o dia de aniversário do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, a quem dou os parabéns.

Aplausos do CH, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que tem 2 minutos para o efeito.

Burburinho na Sala.

Feitas as felicitações, Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também as Sr.as e os Srs. Deputados e, em particular, o Partido Socialista por trazer este tema a debate.

O PAN vai acompanhar favoravelmente as propostas que aqui nos trazem. Parece-nos que é da maior relevância discutirmos as várias dimensões da educação, em particular a monitorização do processo de acompanhamento com a descentralização de competências. Não podemos ter municípios com diferentes ritmos no que diz respeito à educação, que tem de ser um pilar de igualdade, e de igualdade de oportunidades, de todas e de todos os alunos sem exceção.

A dimensão da participação dos pais na vida dos filhos em matéria de educação também não deve ser deixada de fora deste debate, pelo que o PAN traz aqui hoje diferentes propostas sobre esta matéria. Quando falamos de educação, falamos de futuro, mas também de participação familiar. E não há verdadeiro direito à educação se as famílias forem deixadas do lado de fora da porta da escola.

Uma criança deve crescer sob o olhar atento dos seus pais, com uma participação ativa no seu percurso escolar, acompanhando-o diariamente, do primeiro — ou seja, desde a creche — ao último dia do ensino obrigatório.

Os normativos internacionais dizem-nos isso mesmo, afirmam com clareza que a educação deve ser um caminho partilhado entre a escola e a família e não apenas com um dos progenitores.

No entanto, em Portugal, no ensino obrigatório, há dimensões em que isso não acontece. Temos famílias que, após o divórcio, vivem uma parentalidade em guarda partilhada, mas que são tratadas como se só apenas um dos progenitores tivesse voz na escola, como se, neste caso, o amor e a responsabilidade parental pudessem ser divididos ao meio ou até mesmo ser deixados de fora do portão.

Por isso mesmo, o que o PAN propõe é uma alteração ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar, para que ambos os pais possam ser considerados como encarregados de educação, nos casos em que há uma parentalidade em guarda alternada, reconhecendo, assim, a realidade de muitas famílias portuguesas e pondo fim a um obstáculo legal que não faz sentido no ano de 2025.

Falamos pela positiva de um direito que deve ser de ambos os progenitores e não apenas da mãe, neste caso, mas também do pai. Falamos também de uma dimensão de igualdade, ou seja, não deve caber apenas à mulher o acompanhamento dos filhos, para que possamos ter uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Por isso mesmo, Sr.as e Srs. Deputados, esperamos que nos acompanhem nesta iniciativa, porque acreditamos que envolver as famílias é envolver a sociedade, é dar às crianças o direito de crescerem com todos os seus laços, com todas as suas raízes, pois só com famílias presentes é que vamos poder ter uma escola verdadeiramente humana.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas? É normal!

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos e 57 segundos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, o PCP traz a este debate duas iniciativas, uma sobre a gestão democrática das escolas públicas e outra sobre medidas para valorizar os trabalhadores da escola pública.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que a direção e gestão de cada estabelecimento, ou agrupamento de estabelecimentos, de educação e ensino se deve orientar por princípios de democraticidade e de participação. Ora, não foi isso que veio a ocorrer com a legislação que foi introduzida em 2008, pela responsabilidade do Partido Socialista, e que, diga-se, o PSD e o CDS sempre mantiveram quando foram Governo.

A verdade é que veio alterar profundamente estes princípios de democraticidade e de participação na escola pública. É, aliás, uma lei que, inclusivamente, desrespeita os princípios que constam da Lei de Bases do Sistema Educativo e da própria Constituição. Avançou numa lógica de empobrecimento da democracia, de concentração de poderes, de perda e desvalorização da participação dos professores, dos trabalhadores não docentes, dos estudantes e dos pais.

Hoje, nas escolas existem órgãos unipessoais, que não são eleitos diretamente, que concentram mais poderes — podemos dizer poderes excessivos. Os órgãos colegiais foram esvaziados das suas responsabilidades; os órgãos de natureza pedagógica são remetidos para um papel meramente consultivo; e a participação dos professores, dos alunos, do pessoal não docente e dos pais tem sido esvaziada. A implicação e as consequências destas opções, que foram impostas, sente-se no dia a dia do funcionamento das escolas.

O PCP entende que a escola pública verdadeiramente democrática só existe com uma direção e gestão democráticas assentes na colegialidade, na elegibilidade e na ampla participação.

É nesse sentido que vai o projeto de lei que está hoje em debate. Um projeto de lei que procura recuperar a gestão democrática das escolas e, por isso, prevê não só a eliminação da figura do diretor, como a eleição de todos os membros dos órgãos de direção e gestão das escolas; concilia a necessária intervenção da comunidade — nomeadamente dos pais e das autarquias — com a autonomia das escolas e respeita a participação dos estudantes; introduz um conjunto de mecanismos que assegura o diálogo permanente entre o nível de direção e gestão nas escolas e entre a comunidade; e valoriza o Conselho Pedagógico, tornando-o um órgão com poderes decisórios e atribuindo-lhe verdadeiramente a direção pedagógica e educativa.

Valorizar a escola pública, promover o sucesso escolar e tornar os órgãos de direção e gestão verdadeiros elementos de modernização pedagógica e de autonomia na escola, para a realização de um projeto educativo próprio, são os objetivos desta iniciativa.

Consideramos também que para uma escola pública de qualidade é necessário ter trabalhadores devidamente valorizados nas suas carreiras e nos seus direitos.

Não é por acaso que um dos ataques à escola pública é exatamente o ataque aos seus trabalhadores, desvalorizando as carreiras, não contratando o número de trabalhadores que são necessários para assegurar o adequado funcionamento das escolas e para dar a resposta e os apoios adequados às especificidades de cada um dos estudantes.

Por isso, trazemos também aqui uma iniciativa com esse objetivo — o reforço do investimento da escola pública, da valorização e dignificação dos trabalhadores da educação, com a valorização das suas carreiras e respeito pelos seus direitos, da contratação do vínculo adequado, que é necessário assegurar, do combate à precariedade, do rejuvenescimento dos trabalhadores e do combate ao desgaste profissional.

Relativamente ao reconhecimento e reposição das carreiras, para além da sua valorização, há necessidade também de criar novas carreiras, como assistente de ação educativa ou assistente administrativo da administração escolar.

Apresentamos também propostas com o objetivo de um regime geral de aposentação adequado e justo para os trabalhadores e que tenha em conta a valorização das longas carreiras contributivas.

Relativamente aos docentes, sim, há falta de professores, sim, são necessárias medidas para fixar e para que haja professores para todos os estudantes, mas não posso deixar de fazer referência à traição, por parte do PSD e do CDS, em 2019, quando aqui, na Assembleia da República, era possível aprovar a contabilização de todo o tempo de serviço e esses partidos optaram por não o fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O quê?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quanto aos técnicos especializados, há necessidade não só do seu recrutamento mas de resolver os problemas dos vínculos; há necessidade da revisão da portaria dos rácios para os assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas públicas, assim como a valorização dos inspetores de educação, que são cada vez em menor número nas nossas escolas.

Estamos a falar de medidas concretas, com o objetivo de valorizar, qualificar a escola pública e a aprendizagem dos estudantes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas?! Ah, é Deputada única!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não se preocupe!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para treinar!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha tempo para prestar esse esclarecimento.

Ainda assim, o pedido de esclarecimento pode ser feito, pelo que dou a palavra à Sr.ª Deputada Ana Isabel Ferreira, do PSD. Tem 2 minutos, Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, o PCP faz-me lembrar uma grafonola antiga, que toca sempre a mesma marcha soviética…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Ah, o melhor que tem para dizer é isso?!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … e, ainda por cima, está riscada.

Sr.ª Deputada, vou dar-lhe uma novidade: a grafonola já há muito tempo que deu lugar ao digital; as paradas na Praça Vermelha já não impressionam ninguém; e Grândola é vila espelhada de hotéis e mansões, sendo uma das mais burguesas de Portugal.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O projeto de resolução que o PCP traz a debate é, no mínimo, curioso. Tem uma longa lista de medidas maximalistas,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — São problemas concretos que a senhora não reconhece!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … com promessas para todos os setores de educação, como se fosse possível refazer a escola pública por decreto e sem qualquer preocupação com o rigor, a sustentabilidade ou a negociação sindical.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não leu tudo! Está desatenta!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Mas o mais grave não é só o conteúdo, é a incoerência.

O PCP parece ter esquecido — e quer que todos esqueçamos — que foi parte ativa, que sustentou o Governo socialista…

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … que mais desvalorizou carreiras, congelou progressões,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Isso foi o PSD!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … ignorou os professores e contribuiu para a instabilidade da escola pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Onde estava o PCP quando o Governo PS deixou de contar o tempo de serviço dos professores? Onde estava quando se precarizou o trabalho de milhares de técnicos e assistentes operacionais? Onde estava esta lista de exigências quando o PCP aprovou Orçamentos do Estado altamente penalizadores para as carreiras de educação?

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É profundamente irónico que o PCP, que se diz defensor do diálogo com os trabalhadores, venha agora ignorar, por completo, o processo de negociação sindical que o atual

Governo do PSD tem em curso para a reestruturação de várias carreiras da Administração Pública, incluindo na educação.

A educação merece mais do que propostas panfletárias e amnésia seletiva. Merece respeito, compromisso, responsabilidade e coerência. E é isso que o PSD está a garantir. Foi este Governo que trouxe paz às escolas. Por isso, «deixem o Luís trabalhar» e desliguem a grafonola!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Paula Santos tem 1 minuto de cedência de tempo por parte do PSD. Portanto, peço aos serviços para fazerem a respetiva anotação, sendo que terá 47 segundos mais os 15 de tolerância para responder.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, de facto, pela sua intervenção, aquilo que eu concluo é que para o PSD e para o Governo os problemas da escola pública não importam.

Risos do PSD.

Mas, já agora, aconselho-a ao seguinte: uma vez que viemos aqui para falar de problemas concretos e problemas reais, mas a senhora esteve mais entretida a falar de outras coisas que não têm nada a ver com a realidade do nosso País e com os problemas da escola pública,…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Atualize-se!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … podia começar por ter lido o nosso projeto e, assim, não tinha dito o que disse, não tinha dito falsidades e mentiras.

Logo no primeiro ponto, na alínea *a*), quando nós falamos do reconhecimento e da valorização das carreiras,…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Que não fizeram!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … nós fazemos referência à articulação com os respetivos sindicatos num processo de negociação.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Que não fizeram!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Está a ver? Quem respeita os trabalhadores e quem respeita a organização dos trabalhadores é o PCP.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Evolua, evolua!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E, portanto, sempre aqui estivemos para intervir e para encontrar soluções para a resolução desses problemas. Já da parte do PSD, nem as tiveram, nem as vemos.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem 3 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Hoje apresentámos uma proposta que coloca a mobilidade por doença no seu verdadeiro propósito — proteger quem mais precisa.

Não é sobre lugares, não é sobre concursos, é sobre a vida, é sobre saúde e dignidade. Os pedidos serão avaliados pela gravidade clínica e pela necessidade de apoio contínuo, aferidos por relatórios médicos e, quando necessário, por juntas médicas que garantirão justiça e rigor. A referência à deficiência profunda é apenas um

exemplo de gravidade. Não significa, de forma alguma, prioridade automática. Se outra condição exigir mais cuidados, essa condição será a prioridade.

A nossa proposta acolhe recomendações da FENPROF (Federação Nacional de Professores), da FNE (Federação Nacional de Educação) e da ASSP (Associação de Solidariedade Social dos Professores), que assentam em três pontos essenciais: a mobilidade por doença deve ser proteção e não competição por vagas; a decisão deve basear-se em avaliação médica atual e individualizada e não em listas desatualizadas por doenças; e as distâncias não podem impedir a aproximação quando clinicamente necessária.

Por isso, aquilo que propomos é a colocação sem sujeição a vagas sempre que necessário e sem afetar o limite interno da escola. Propomos 10 % de capacidade mínima para a mobilidade por doença, com horários adicionais, quando necessário. Também propomos um critério territorial inteligente, dando primazia a prioridades de hospitais, a terapias e à redução real do tempo de deslocação. Propomos, ainda, a resposta imediata a situações supervenientes e um procedimento digital de saúde célere, com um prazo de decisão de 20 dias úteis e com deferimento tácito, bem como a reavaliação anual dispensada em condições permanentes.

Assim, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, acolhendo as contribuições destas associações, esta proposta coloca quem mais precisa em primeiro, cria vias de execução efetivas, incluindo a sujeição sem vagas, sem sobrecarregar as escolas e assegurando decisões céleres e seguras. É uma proposta de proteção, é uma proposta de humanidade, é uma proposta de bom senso e, acima de tudo, é uma proposta que coloca as pessoas no centro das decisões.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda, que também tem 3 minutos.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.as Deputadas: É na escola que nos tornamos gente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É na família, e não na escola!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — A escola pública é a promessa republicana de igualdade e é mais do que um edifício, é mais do que professores, é mais do que funcionários, é mais do que alunos, é mais do que a soma de todas as suas partes. Mas, para isso, tem de ser mais do que uma promessa, tem de se cumprir efetivamente. Para que isso seja possível, a escola precisa de meios, precisa de profissionais valorizados nas suas carreiras e ativos na comunidade educativa.

Por isso, o Bloco de Esquerda traz hoje dois projetos de lei para valorizar e fortalecer a escola pública.

O primeiro projeto é uma revisão profunda do modelo de autonomia, administração e gestão escolar. Os objetivos desta revisão são tornar a escola mais democrática, substituindo o modelo de gestão baseado num diretor, neste caso um cargo unipessoal, para uma direção colegial, eleita por uma assembleia eleitoral e aumentando a participação da comunidade escolar. Isto, já agora, porque a democracia não acaba às portas do trabalho ou às portas da escola. A democracia no ambiente escolar é fundamental para formar cidadãos e cidadãs que são interventivos e que são participativos na sociedade.

O segundo projeto de lei que hoje o Bloco de Esquerda apresenta pretende a criação de uma carreira de técnico auxiliar de educação. A maior parte do pessoal auxiliar de educação integra atualmente carreiras gerais de assistentes técnicos ou de assistentes operacionais. Por esta razão, há um conjunto de funções próprias, como a manutenção de laboratórios, do parque informático, das instalações, que são hoje desempenhadas por carreiras gerais indistintas, que não permitem a premiação da aquisição de competências específicas. Também o acompanhamento de estudantes com necessidades educativas especiais e, muitas vezes, a sua inserção no enquadramento escolar é igualmente realizado por estes profissionais, cuja especificidade e conhecimento não são valorizados e, em geral, não é facultada formação adicional, não é reconhecido o esforço, o saber, a dedicação, também crucial para o desenvolvimento do princípio da escola inclusiva.

Por estas razões, e tal como aconteceu na educação, o Bloco propõe a criação da carreira de técnico auxiliar de educação. Para conseguir contratar auxiliares para a escola pública, é fundamental reconhecer e valorizar a especificidade da sua profissão. Isto passa por uma carreira própria, com níveis salariais próprios e com acesso a qualificação profissional.

O futuro da escola pública depende do reforço da democracia e depende da valorização dos seus profissionais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas?!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada não tem nenhum pedido de esclarecimento, pelo que vou passar a palavra, para uma intervenção, à Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, dispondo de 7 minutos e 6 segundos.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Sempre que discutimos educação, discutimos o futuro do nosso País. O debate que temos esta tarde sobre educação é revelador de quem quer um futuro em democracia que valoriza os profissionais da educação, que inclui os alunos no sistema educativo e que luta pela preservação da qualidade da escola pública.

O assunto que aqui temos hoje é mesmo um dos debates mais importantes do momento que atravessamos. Agradecemos, por isso, ao Partido Socialista a marcação deste debate.

As propostas que hoje aqui discutimos são muitas e variadas, desde a recuperação da justiça para muitos professores que se viram ultrapassados por outros colegas, passando por uma suposta valorização dos profissionais não docentes na escola pública, ou outras que propõem a privatização do ensino público. Enfim, é um debate para todos os gostos.

Hoje vai ficar claro quem luta por uma escola pública de qualidade e por profissionais e alunos motivados e quem não perde uma oportunidade para retirar recursos e fazer da escola um negócio.

E é mesmo sobre qualidade que queremos falar hoje. A qualidade de hoje e a garantia de qualidade na escola pública para o futuro.

Para garantir que a escola pública tenha hoje qualidade, é essencial garantir condições para a atividade de inspeção de educação. Estes profissionais avaliam o sistema de ensino e a escola pública, o que implica um conhecimento especializado único e diferenciado do funcionamento do estabelecimento de ensino e da sala de aula, das suas metodologias e das melhores práticas.

É por isso que os inspetores da Inspeção-Geral da Educação e Ciência são recrutados entre os mais experientes e conhecedores docentes, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior. Precisamente por isso, a carreira especial de inspeção na IGEC é uma segunda carreira, o que não se verifica com outras carreiras inspetivas.

Esta especificidade é comum a outros países da Europa, tais como Espanha, França, Holanda, Itália e Inglaterra, entre outros. Contudo, a carreira na IGEC foi equiparada às restantes inspeções-gerais, desconsiderando as suas especificidades e afastando, em remuneração e progressão de carreira, a carreira docente e a carreira de inspeção ou de inspetor da educação, prejudicando a atratividade desta última. E é mesmo isso que o Livre pretende impedir.

Temos, por outro lado, a qualidade para o futuro. Perante a falta de professores e a urgência em garantir que nenhum aluno fique impossibilitado de investir no seu futuro, têm entrado cada vez mais professores na escola pública sem formação pedagógica. Tem sido uma política de urgência e de remendos que põe em causa a qualidade do ensino em Portugal. Apesar do Governo já ter anunciado um investimento para que as instituições de ensino superior abram mais cursos e vagas em cursos de educação — veremos se se concretiza! —, isso não basta.

E é precisamente sobre essa formação que vos quero falar. Temos de formar futuros professores motivados com a educação. Para isso, é preciso melhores condições de trabalho e uma carreira mais atrativa. Aos professores têm-se dado migalhas, mas exigimos-lhes horas extraordinárias. A professores desmotivados e cansados pedimos, como aos médicos, para trabalharem até já não aguentarem mais.

Mas não só de melhores condições e atratividade se garante o futuro. A par com as melhorias nas condições de carreira de quem investe na sua vocação, importa tornar a formação inicial de professores, que foi ficando esquecida, cada vez mais apelativa.

Em dezembro de 2024, o Governo anunciou pretender acabar com a contabilização do tempo de estágio para efeitos de tempo de serviço, justificando que uma coisa é formação e outra coisa é iniciar uma carreira de professor. Esta é uma ideia inaceitável e que prejudica a motivação para quem queira fazer carreira no ensino, mas também é injusta, na medida em que se trata de trabalho qualificado e supervisionado.

É precisamente aí que o Livre apresenta a solução. Hoje podemos avançar. Hoje podemos garantir que os orientadores cooperantes têm direito à redução justa da componente letiva. Hoje podemos repor alguns direitos conquistados. Se recentemente a remuneração mensal foi substituída por uma bolsa de formação, a partir de hoje podemos garantir aos futuros professores, em vez de uma bolsa limitada, um contrato de estágio em regime de exclusividade que confere uma remuneração mensal durante 14 meses e todos os direitos que dizem respeito à segurança social e outros descontos. Isto é da mais elementar justiça.

A partir de hoje, podemos promover uma escola do futuro com mais qualidade para profissionais e alunos. Veremos quem está disponível para a fazer avançar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem 3 pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto, segundo me indica.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, dispondo de 2 minutos.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, quero agradecer a intervenção da Sr.ª Deputada do Livre.

Aquilo que gostaria de perguntar à Sr.ª Deputada, até pela intervenção que teve, a valorizar a escola pública e a acusar uns e outros de quererem privatizar, é se o posicionamento do Livre é igual ao do PS. Ou seja, se acha que as escolas com contratos com o Estado — escolas profissionais, artísticas e que escolarizam alunos com deficiências graves — não têm a mesma dignidade que as restantes escolas públicas…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … que, como sabem, são defendidas e consideradas pela Constituição portuguesa, no seu artigo 75.º.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, saúdo também os alunos presentes nas galerias. Este debate é precisamente por vocês, por todos os alunos portugueses.

A Sr.ª Deputada Filipa Pinto traz hoje uma proposta de melhoria das condições dos professores, docentes e orientadores e, de facto, é necessário dar melhores condições, temos de ter essa responsabilidade.

Só há uma solução estrutural e de futuro: garantir um rejuvenescimento da classe docente, assegurar a formação adequada aos jovens que querem ingressar na profissão, e, além da profissão, das suas áreas científicas de origem, formar pedagógica e didaticamente estes jovens professores para o trabalho com os alunos.

No entanto, é preciso dizer que, por estas razões, é necessário melhorar as condições para os professores. Hoje estamos a debater a melhoria das condições do ensino e, neste caso em particular do Livre, dos professores cooperantes, precisamente porque a governação dos últimos anos, dos vários Governos, não acautelou que a falta de professores se iria agravar com o passar dos anos. Hoje, estamos aqui com essa responsabilidade de melhorar as condições para os professores cooperantes, para podermos amanhã ter mais professores porque, de facto, faltam muitos professores neste País.

A iniciativa que apresentam propõe que os professores cooperantes não percam o suplemento ao optarem pela redução do tempo letivo. Resta-me dizer apenas que julgo que deveriam, talvez, propor algo um pouco mais profundo, porque há diversas situações nos professores, desde professores jovens que já podem ser cooperantes a professores mais velhos que têm redução no tempo letivo. Mas, de facto, não discordamos desta medida.

É necessário que o Parlamento assuma a responsabilidade de melhorar as condições dos professores cooperantes.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Carvalho, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Filipa Pinto, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece o interesse em promover melhorias no regime jurídico e na habilitação profissional para a docência, um tema central para garantir a qualidade de ensino. Contudo, importa sublinhar que a atual versão deste diploma é muito recente, fruto de uma revisão aprovada em fevereiro deste ano, acompanhada de um compromisso claro do Ministério da Educação de monitorizar e avaliar anualmente a sua aplicação com relatórios que permitam ajustar o regime de forma informada e sustentada. Alterar agora este diploma, antes mesmo de termos acesso ao primeiro relatório de avaliação previsto, é, no mínimo, prematuro e politicamente irresponsável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — A educação precisa de estabilidade e de coerência legislativa para garantir segurança a todos os agentes educativos, sobretudo aos futuros docentes em formação. Neste momento tão sensível como o da revisão do estatuto da carreira docente, é fundamental garantir coerência e visão de conjunto. Avançar com alterações pontuais e avulsas ao regime de habilitação profissional, sem articulação com este processo, seria precipitado e contraproducente, podendo comprometer a coerência técnica ou o alinhamento sistémico da reforma em curso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Por isso, perguntamos ao Livre: não será mais responsável promover as mudanças necessárias com uma visão integrada e sustentada, apoiada numa avaliação séria do acompanhamento rigoroso? Não será mais sensato garantir a estabilidade do sistema ouvindo os relatórios técnicos, respeitando os processos em curso e só então avançar com propostas consistentes e alinhadas com o futuro de uma carreira docente?

A responsabilidade para com o sistema educativo impõe-nos rigor, prudência e visão de conjunto. Não podemos ceder à tentação de mudanças fragmentadas que apenas serviriam para fragilizar um setor que exige muita estabilidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, que dispõe de 1 minuto e 35 segundos, mais a tolerância.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, as nossas divergências ideológicas são claras, mas ambas queremos o melhor para o País em termos de educação, e sei que também é essa a sua vontade.

Em relação à questão do ensino especializado, das escolas artísticas e, inclusivamente, das escolas que recebem alunos com deficiência, no Livre, entendemos que é dever do Estado ter estas escolas plenamente equipadas e em pleno funcionamento para que deem a resposta que as pessoas e as crianças merecem. Se as necessidades passarem por apoiar alguma instituição privada que faça este trabalho público, a nós não nos choca que essa ajuda seja dada.

No entanto, volto a referir que é função do Estado prever que todas as crianças com necessidades especiais e que todas as crianças, por exemplo, da vertente artística possam ter um ensino público de qualidade.

Sr. Deputado Pedro Tavares, os professores cooperantes e a questão da redução letiva, bem como a remuneração são itens que consideramos essenciais para que a formação de professores seja dada com todas as condições. Parece-nos que ter professores cooperantes com horas extraordinárias, com as suas turmas e, ainda por cima, a acompanhar professores estagiários não faz sentido no que diz respeito ao dever de quem está à frente da escola, sentimento que partilhamos.

Em relação à Sr.ª Deputada Manuela Carvalho, discordamos da sua visão. Achamos que, se está errado, não devemos esperar para corrigir e devemos corrigir já.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar as propostas do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Chega.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Voltamos hoje, passados sete meses, a falar de equidade, de igualdade. A igualdade plasmada na nossa Constituição da República e que, afinal, não é assim tão igual para todos, particularmente em relação aos professores — demasiados professores — que, desde 2018, veem uma contradição inequívoca deste importante direito; refiro-me a dezenas de milhares que se viram na condição de serem ultrapassados por colegas que ingressaram na mesma carreira muito posteriormente. Foi um longo caminho que fizeram até esse dia de março, altura em que finalmente aqui, nesta Casa, viram uma esperança para a sua condição.

Mas quis o destino que essa tal esperança se voltasse a esfumar, pois o Governo caiu e, com ele, essa ténue luz desvaneceu. Mas tal como os próprios não desistiram o Chega também não, porque nunca abandonamos as causas em que acreditamos, e esta é uma delas.

Aplausos do CH.

A profunda injustiça que persiste na carreira dos professores, a desigualdade na contagem do tempo de serviço, as barreiras artificiais à progressão e a desvalorização acumulada de uma geração inteira de professores criam um sentimento de frustração e descrédito que põe em causa o funcionamento da escola pública.

O Chega apresentou nessa altura e volta hoje a apresentar um projeto claro e objetivo: repor a justiça e a equidade na carreira docente, reconhecendo integralmente o tempo de serviço e criando mecanismos de correção que assegurem igualdade de tratamento entre professores, com igual mérito e dedicação.

Falamos destes, que são a espinha dorsal das nossas escolas; estes, que formam e moldam o caráter cívico das próximas gerações; estes, que mantêm viva a ligação entre o conhecimento e a sociedade. Sem professores respeitados, não há autoridade moral nem qualidade de ensino. Sem justiça nas suas carreiras, não há motivação nem futuro para o ensino público.

Mas esta, Srs. Deputados, não é uma causa partidária; é uma causa nacional. E se há uns meses houve consenso, o Chega entende que é agora o momento de transformar a unanimidade moral em ação política concreta, através de um acordo parlamentar que una todas as bancadas neste propósito de justiça e de reconhecimento.

Aplausos do CH.

É tempo de ultrapassar cálculos partidários e responder ao que o País exige de nós: repor a dignidade e a justiça na carreira docente.

Mas as injustiças e a falta de equidade não se ficam pelos professores; estendem-se igualmente aos técnicos especializados para outras funções, profissionais altamente qualificados que desempenham funções essenciais de apoio técnico, pedagógico e administrativo nas nossas escolas. Falo de psicólogos, de terapeutas, de assistentes sociais e de tantos outros que, aos dias de hoje, são parceiros fulcrais no apoio a crianças e jovens com necessidades específicas, a crianças e famílias que precisam de um acompanhamento social. Falo daqueles que, pela sua especificidade de funções, são o garante e o suporte para a inclusão social e escolar de

cada vez mais crianças e jovens. Aqueles que, cada vez mais, não conseguem dar resposta às necessidades das escolas, pois é crescente o número de alunos a necessitar de terapias e acompanhamento, o que empurra as famílias para terem de assumir mais essa despesa, procurando fora da escola — dita inclusiva — o que ela não consegue proporcionar devido à crescente carência destes profissionais. De contrato em contrato, prolongados consecutivamente, trabalham sem qualquer vínculo profissional, continuando a ser-lhes vedada a integração nos quadros de uma escola, o que origina profundas injustiças e falta de equidade entre técnicos em igual situação.

Este drama ganha proporções ainda mais graves quando grande parte destes psicólogos, terapeutas e outros técnicos, sendo contratados inicialmente por 18 horas, acabam por assumir funções a tempo inteiro, sendo-lhes aditadas mais 17 horas não renováveis, criando um sistema de insegurança e fragilidade profissional e familiar, tanto para eles como para as famílias das nossas crianças e jovens.

Em novembro de 2024, o Governo assumiu esta gritante injustiça e projetou um concurso público extraordinário de vinculação destes técnicos para o início de 2025. Ora, estamos em outubro e o concurso ainda não se realizou.

É fundamental que o Governo garanta a estabilidade e o respeito pelos princípios de boa-fé, evitando soluções artificiais e respeitando as legítimas expectativas criadas ao longo de anos de serviço continuado não só a estes profissionais, mas também às escolas e às famílias. Em boa verdade, é pelas crianças e jovens que estes preciosos profissionais existem nas nossas escolas — e são poucos, muito poucos, para as necessidades de hoje.

Se, tal como com o Chega, as propostas dos restantes grupos parlamentares presentes neste debate, com sentido de responsabilidade, apontam para o mesmo caminho, meus senhores, seria uma hipocrisia política votarem contra os nossos projetos de resolução, como já aconteceu demasiadas vezes. Não podem ter duas caras: uma na hora da discussão, outra na hora da votação.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se considerarmos estes últimos 50 anos, o Chega revela ser um dos partidos mais impreparados e demagógicos que já passaram pelo Parlamento. Portugal sabe que o Chega não tem capacidade governativa, mas o Chega tem a obrigação de ter bom senso. Vai a correr atrás do que já existe, salta de temática em temática, como se cada problema novo fosse o mais urgente, querendo pôr-se em bicos de pés. Não conhece Portugal e cai no ridículo.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Se não, vejamos. Os técnicos especializados noutras funções são peças fundamentais para o funcionamento da escola pública.

Foi este Governo que reforçou equipas, alargou o número de técnicos e garantiu a cobertura nacional de apoio psicológico e social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês só dizem asneiras!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Os psicólogos já estão nas escolas, os assistentes sociais já estão nas escolas, os terapeutas da fala já estão nas escolas. Todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas terão, no mínimo, um psicólogo.

Sr.ª Deputada, o Governo já autorizou a vinculação aos quadros de escolas de 1406 técnicos em outras funções, sendo 830 das vagas para psicólogos. No que respeita às outras 576 vagas, serão as escolas a definir

o seu perfil de acordo com as suas necessidades. Portanto, Sr.ª Deputada, há que preparar melhor as intervenções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Todos os contratos em funções públicas, Sr.ª Deputada, são por tempo indeterminado, ou seja, por vinculação definitiva. Após a realização do concurso de vinculação, o rácio será de um psicólogo para cada 711 alunos, quando, atualmente, é de um psicólogo para 1472 alunos.

Os atuais 984 técnicos terão os seus contratos renovados, quer aqueles com três contratos sucessivos ou duas renovações, quer aqueles que têm contratos anuais completos.

É toda esta realidade que o Chega deveria reconhecer, e deixar de fazer, politicamente, a figura de garnisé em bicos de pés, sempre aos saltinhos, a tentar chegar a uma altura que nunca alcançará.

Aplausos do PSD e CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joaquim Barbosa, muito obrigada pela pergunta, mas realmente acho que é muito deselegante da sua parte falar-me de falta de preparação, principalmente quando está a falar com uma professora com mais de 33 anos de serviço.

Aplausos do CH.

Penso que falar de bicos de pés também lhe fica muito mal. Está a falar de uma pessoa que tem 1,70 m de altura e que não precisa de se pôr em bicos dos pés, Sr. Deputado. Não precisa de se pôr em bicos dos pés!

Aplausos do CH.

Agora, falando do que importa, é contraproducente o que o Sr. Deputado disse porque, efetivamente, acontece que muitos pais que têm os seus filhos nas escolas têm mesmo de pagar as terapias fora da escola, dado que a escola não consegue dar resposta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Esta é a realidade! E se os senhores do PSD não a reconhecem é porque estão fora da realidade do que acontece nas escolas.

Por isso é que já temos o PS atrás do Chega, e qualquer dia vamos ter o PSD também atrás do Chega!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, do PSD.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Acabámos de sair de eleições, Srs. Deputados.

Faça favor, Sr.ª Deputada. Tem a palavra.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A escola pública é um dos pilares da nossa democracia e é também um pilar essencial para a coesão social. Mas, para que funcione com padrões

de excelência, é preciso garantir estabilidade, justiça e valorização efetiva dos profissionais que, todos os dias, fazem essa escola acontecer, sejam eles docentes ou não docentes.

O Partido Social Democrata traz hoje a este Plenário dois projetos de resolução; dois contributos que, longe de serem propostas avulsas, se integram plenamente na reforma estrutural que o atual Governo está a concretizar na área da educação.

Uma das iniciativas que trazemos a debate incide sobre a carreira docente. O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação já reconheceu, por diversas vezes, que o estatuto da carreira docente, tal como hoje existe, é uma manta de retalhos resultante das sucessivas revisões feitas pelos Governos socialistas que, longe de resolverem problemas, acabaram por criar injustiças gritantes e vazios legais.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — É precisamente esse o contexto do nosso primeiro projeto de resolução: rever os critérios de reposicionamento na carreira docente e corrigir as ultrapassagens na progressão.

O que está em causa é muito simples. Professores que ingressaram antes de 2011 viram o seu tempo de serviço desconsiderado no reposicionamento, enquanto outros, que ingressaram após 2011, viram considerado de forma integral o seu tempo de serviço, conforme determina a Portaria n.º 119/2018. O resultado foi que professores com mais anos de serviço, mais experiência e mais dedicação foram ultrapassados por colegas mais recentes, apenas porque a legislação assim o permitiu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Incompetência!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Esta situação não é de maneira nenhuma aceitável porque desta forma não premiamos o mérito e, assim, não garantimos justiça. Ora, não é isto que o PSD defende.

Com este projeto de resolução, o PSD propõe que todo o tempo de serviço dos docentes que já pertenciam aos quadros antes de 1 de janeiro de 2011 seja devidamente reconhecido no reposicionamento e que se implemente um mecanismo justo para a correção das ultrapassagens, respeitando o princípio da equidade na carreira docente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Queremos que isto aconteça no quadro da revisão em curso do estatuto da carreira docente, porque só assim será possível garantir a coesão e a justiça que tanto defendemos.

O segundo projeto de resolução que apresentámos diz respeito ao pessoal não docente e também aqui o PSD propõe um caminho sério, coordenado e realista.

Começamos por afirmar o óbvio: o debate sobre assistentes técnicos e operacionais já foi feito várias vezes nesta Assembleia. Mas agora existe um novo quadro autárquico, uma nova realidade de descentralização de competências e com ela a necessidade de dar um novo passo.

É isso que propomos: aperfeiçoar o modelo de transferência de competências no domínio da educação e reformar a organização das atividades educativas não letivas, reconhecendo, finalmente, o papel educativo do pessoal não docente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Estamos a falar de valorizar os assistentes operacionais e técnicos, redefinir os seus perfis funcionais, integrá-los, plenamente, nos projetos pedagógicos das escolas e garantir que as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) passem a ter um papel mais ativo no planeamento da rede escolar e da oferta formativa, promovendo coesão e resposta às realidades locais.

Queremos deixar bem claro que este projeto não ignora a descentralização, mas constrói a partir dela. Não desconsidera a reforma em curso, mas alinha-se com ela. Não repete o erro de outras propostas que aqui foram apresentadas, que procuram redesenhar o sistema à margem da realidade.

Este é o momento certo. Estes são os modelos adequados.

Não temos ilusões. Sabemos as dificuldades que a escola enfrenta. Não usamos filtros cor-de-rosa como o Partido Socialista, mas também não fazemos do pânico e do dramatismo uma arma política como faz o Chega. O PSD vê a realidade como ela é. Sabemos que não se conserta uma carreira com *slogans* e não se resolve a descentralização com comunicados.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Faz-se um trabalho com visão e com sentido de Estado. É isso que este Governo tem feito, vinculando 1406 técnicos especializados às escolas — reduzindo o rácio de alunos por psicólogo, que passou de 1472 alunos para 711 alunos para 1 psicólogo —, reforçando os assistentes operacionais na educação pré-escolar e, com o acordo plurianual com os sindicatos da Administração Pública, preparando a valorização e revisão da carreira não docente com responsabilidade e diálogo.

Isto é uma reforma. Isto é um plano. Isto é ação.

Aplausos do PSD.

A escola pública portuguesa não precisa de ruído, precisa, sim, de um trabalho consistente e de reformas bem feitas.

Estes dois projetos que hoje apresentamos são peças que complementam, consolidam e reforçam o caminho que já está em marcha. Não deixem, por isso, que o ruído se sobreponha à razão, pela justiça, pela escola pública e pelo futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Célia Freire, obrigado por ter vindo a este debate com propostas.

Só queria fazer-lhe uma pergunta. A Sr.ª Deputada diz que, como está uma reforma em curso, não podemos agora estar a aprovar outras coisas. Tenho um receio: isso significa que o PSD vai votar contra tudo e mais alguma coisa que aqui seja apresentada, independentemente do conteúdo, enquanto o Governo estiver a fazer alguma coisa?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, claramente, estamos em diálogo. Estamos a ouvir várias frentes exatamente porque queremos reformar com equilíbrio, queremos reformar ouvindo todos os parceiros, e não fazer reformas avulsas.

Como todos sabem, neste momento estão várias reformas em curso, que todos conhecem e que passam por várias questões que já aqui foram trazidas, desde o apoio à deslocação de professores, desde a assinatura de contratos-programa com as instituições de ensino superior para reforçar a formação para os próximos anos letivos, desde a profissionalização em serviço, que o Governo aprovou assinando o contrato-programa com a Universidade Aberta para novos cursos em 2025 e 2026, sem custo para os docentes, estando previstas 300 vagas. Estas são só algumas medidas que este Governo está a implementar e que estão em curso.

Naturalmente, estamos disponíveis e estamos a ouvir todos os parceiros para podermos tomar as decisões que sejam as melhores para o nosso País e as melhores, também, para a escola pública.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos e 47 segundos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos aqui reunidos para mais um exercício de irresponsabilidade à PS.

Protestos do PS.

Primeiro, criam-se problemas por manifesta incompetência, e depois veem reclamar que os outros têm a obrigação de os resolver.

É assim com a transferência de competências para as autarquias. Porque é que correu tão mal? Porque os Governos do PS atiraram para cima das autarquias a responsabilidade de milhões e depois, para a gerir, entregaram apenas tostões.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi assim também com a reposição do tempo de serviço dos professores. Devido à manifesta incompetência do PS, neste momento há professores com menos tempo que ultrapassaram professores com mais experiência.

O que é que fez o PS? Elaborou um documento com cinco folhas para tentar justificar a sua manifesta incompetência e para, no fim, exigir ao Governo da AD que resolva o problema.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, se isto fosse um exame à hipocrisia política, o PS merecia seguramente a nota 20.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Felizmente para todos, sobretudo para os professores, esta maioria PSD-CDS está aqui realmente para resolver os problemas.

Primeiro, foi o Governo da AD que resolveu definitivamente a reposição do tempo integral de serviço dos professores. Com esta iniciativa conjunta, do CDS e do PSD, vamos resolver definitivamente a questão da ultrapassagem nas carreiras dos professores, situação que é manifestamente injusta.

Para nós é fundamental restaurar a legalidade, a dignidade e o mérito na carreira dos professores, que foi posta em causa no tempo dos Governos socialistas.

Para nós, é fundamental restaurar a legalidade, a dignidade e o mérito na carreira dos professores, que foi posta em causa no tempo dos Governos socialistas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, neste debate, há uma realidade totalmente ausente, que demonstra bem a forma como a esquerda olha para a educação: é a realidade do ensino particular e corporativo.

Colégios, escolas profissionais, institutos, conservatórias fazem parte ativa e integrante da rede escolar e prestam um verdadeiro serviço público. Mas, para a esquerda, não existem e não interessam rigorosamente para nada. Contudo, insisto, prestam um serviço público da maior relevância. Recebem alunos nos locais em que o serviço público não está, asseguram a maior parte do ensino profissional em Portugal, asseguram a maior parte do ensino artístico em Portugal, asseguram a maior parte do ensino especializado em Portugal, principalmente para as crianças com necessidades educativas especiais.

O ensino privado e cooperativo é absolutamente fundamental na resposta educativa e é um garante absolutamente decisivo da liberdade de educação. Mas, para a esquerda, não existe e não interessa rigorosamente para nada.

Há 50 anos que o CDS está ao lado do ensino particular e cooperativo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Podem continuar a contar connosco, com o apoio do CDS, na defesa da liberdade de educação em Portugal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não tem pedidos de esclarecimento.

Terminaram as apresentações dos diplomas e vamos, agora, para o período das intervenções para o debate.

A primeira inscrição que tenho é do Sr. Deputado José Carvalho, do Chega, que tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 11 minutos e 27 segundos.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, perante o País, este Plenário aborda assuntos fundamentais, o ensino e a educação, assuntos que apontam claramente para o futuro, um futuro que se quer de esperança, de confiança e de mudança.

Para o Chega, é fulcral que se estabeleça, desde já, uma clara distinção entre educação e ensino. Para nós e para um número cada vez maior de portugueses, é a família que deve educar e a escola ensinar. Educar e ensinar em plena sintonia. Educar e ensinar com responsabilidade, com seriedade, com sensibilidade e em complementaridade.

Srs. Deputados, para este tema da educação, o País lá em casa sabe que o Chega representa a solução. As escolas sabem-no, os professores e as famílias reconhecem-no. É por isso que o Chega se está a afirmar e a esquerda a definhar. Repito: é por isso que o Chega se está a afirmar e a esquerda a definhar.

Aplausos do CH.

Hoje, Srs. Deputados, será fácil estarmos de acordo, colocando, esperamos nós, as divergências de lado e encontrando as convergências necessárias. Os dias de hoje, e permitam-me citar aqui Leão XIV, pedem que «a política seja um lugar de serviço, um serviço em prol do bem comum». É isso que hoje temos a oportunidade de fazer: que a política, de facto, como espaço de confronto e oposição, seja também, ao mesmo tempo, um espaço de construção.

É nesse espaço de construção que se deixam para os livros de história os tempos da asfixia e da perseguição a tudo quanto não era público. Esses tempos, do Dr. Costa e da Dr.ª Leitão, que sonhavam com frentes de esquerdas unidas, foram há dias atropelados pela realidade que se tornou um grande pesadelo. É um alerta ao que ainda resta hoje do Partido Socialista…

Risos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… e também ao atual PPD, que tem sido até agora o partido das intenções, mas que tem esquecido as concretizações.

Se em 2024 nos diziam que bastava mudar de Governo e os problemas se resolviam, o que é facto é que estão aqui há dois anos e os problemas, esses, continuam por resolver,…

Aplausos do CH.

… esquecendo-se o Partido Social Democrata — que tem sido o partido das intenções — das concretizações.

Quando, há meses, uma música nos pedia para os deixar trabalhar, Srs. Deputados, aquilo de que podem ter a certeza daqui, desta bancada, é que nós não vos vamos deixar enganar os portugueses. Nós vamos estar atentos e os portugueses lá em casa também estão atentos.

Srs. Deputados, o Chega defende um princípio básico: o princípio da liberdade. A liberdade de educação e a liberdade de ensino. A liberdade das famílias na escolha dos projetos educativos escolares para os seus filhos. E, a este propósito, acompanhamos as preocupações dos colégios com contrato de associação, que precisam de olhar para o Estado como pessoa de bem, especialmente aqueles que acolhem crianças especiais que vivem, ainda ao dia de hoje, asfixiados por atrasos nos pagamentos por parte do Estado.

Nós, no Chega, não precisamos de atacar a iniciativa privada para defender uma escola pública de qualidade. Não se trata de radicalismo, mas de puro realismo, mais ainda de quem acredita e quer um Portugal inteiro.

Além do mais, Srs. Deputados, essas experiências demonstram que o Estado deve reconhecer o valor destas iniciativas, não como concorrência à escola pública, mas como complemento e fonte de inspiração. É por isso que o Chega defende um ensino centrado no mérito, na liberdade e na eficiência. Por isso, Srs. Deputados, bem devemos aprender com o que está a funcionar e não travar o que está a resultar.

Srs. Deputados, neste debate mais de confrontação, o Chega, como sempre, mostra sentido de moderação e vontade de construção. Não é por nós, mas pelas escolas, sejam privadas, públicas ou cooperativas, e por todos quantos as fazem acontecer.

Srs. Deputados, pelas famílias, pela educação, pelo ensino, há uma pergunta que se impõe: socialismo ou liberdade? E a nossa escolha é muito simples. A nossa escolha é: viva a santa liberdade!

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Sofia Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando a sua voz entra onde as decisões nascem, a escola ganha realidade e critério, ganha futuro. É este o propósito do que aqui discutimos: aproximar a direção do coração da escola e pedir ao Conselho Nacional de Educação o olhar que falta para ajustar o Estatuto do Aluno e Ética Escolar ao nosso tempo.

Perguntem a quem dá aulas, perguntem a quem aprende.

Um conselho pedagógico alimentado pelo quotidiano da sala acerta melhor nas decisões; quando as regras nascem de compromisso, o cumprimento deixa de ser uma mera formalidade, passando a chamar-se participação responsável.

Este projeto de deliberação solicita ao Conselho Nacional de Educação um estudo para perspetivar a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar — não para multiplicar papel, mas para alinhar com a letra da vida a realidade das escolas, onde os estudantes possam derrubar o método de ensino do outro século, para terem uma escola à altura dos seus sonhos e adaptada à era digital.

Temos de repor a presença dos estudantes no conselho pedagógico e corrigir uma injustiça histórica. Aí se pensa o currículo, aí se pensa a avaliação, os tempos e a inovação. É sensato pensar que quem vive na escola diariamente tenha um assento na decisão da sua vida escolar.

Não se trata de substituições, trata-se antes de uma corresponsabilização, porque quando os professores, as direções e os alunos partilham a mesma mesa das decisões, deixam de ser ilhas e passam mesmo a ser uma comunidade.

Aplausos do PS.

Os estudantes estiveram no conselho pedagógico desde o 25 de Abril até 2012. Esta tem sido uma luta de gerações de jovens socialistas ao longo destes últimos 13 anos.

Persistem hábitos colados ao outro século e é hora de dar espaço a uma metodologia para que falem a linguagem do século XXI. A tecnologia deve servir o conhecimento e a escola deve ser um lugar onde se experimenta com propósito. A presença estudantil no conselho pedagógico é uma dobradiça que permite fazer esta passagem com equilíbrio, mas, sobretudo, com responsabilidade.

Teme-se o ruído ou teme-se a perda de autoridade. Sr.as e Srs. Deputados, a experiência mostra o contrário, quando a participação é justa. Com estudantes informados e responsáveis à mesa, as decisões ganham sempre, sempre, sempre adesão, e os conflitos resolvem-se melhor com a mediação. Assim, a escola deixa de navegar à vista e passa a governar-se por projeto.

Se quisermos ser honestos, sabemos o que está em causa. Queremos uma escola que apenas cumpre horários, ou uma escola que cumpre a sua missão de sociedade? Uma escola com gavetas estanques, ou uma escola onde a ciência, as artes e a cidadania conversam sem barreiras? Uma escola que pede silêncio atento, ou uma escola que pede também uma palavra responsável?

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queremos uma escola que aconteça, não apenas que funcione; uma escola capaz de largar hábitos que ficaram para trás e de abrir espaço ao que o nosso tempo pede; uma escola que confia nos seus estudantes o suficiente para lhes pedir responsabilidade e, sobretudo, participação.

Ganham os professores, porque encontram aliados. Ganham as direções, que lideram com legitimidade partilhada. Ganham os estudantes, porque passam a ter um espaço onde pertencem e onde contam. Ganha a escola e, quando ganha a escola, ganha o País, porque encontra na sua escola a altura dos sonhos do nosso século, a altura dos sonhos de uma geração, a altura dos sonhos dos jovens portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Teve poucas palmas! Estive quase para bater palmas!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Estamos aqui a contabilizar os pedidos de esclarecimento que a Sr.ª Deputada Sofia Pereira tem, que são três. A Sr.ª Deputada informou a Mesa de que responderá a todos em conjunto.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, o congelamento inicial do tempo de serviço dos professores foi implementado por um Governo socialista, o de José Sócrates. O processo de descentralização das escolas para os municípios — ainda hoje, como sabe, vários autarcas, nomeadamente vários autarcas socialistas, queixam-se desta descentralização mal feita — foi implementado por António Guterres, de um Governo socialista.

Fala do Conselho Nacional de Educação, que valorizamos naturalmente, mas, como sabe, o Conselho Nacional de Educação tem emanado uma série de pareceres, e o Partido Socialista põe muitos destes pareceres na gaveta.

Recentemente, foi pedida uma auditoria à KPMG, à qual se pagou uns milhares de euros, sobre a questão dos alunos sem professores,…

Protestos do PS.

… quando este parecer já tinha sido dado pelo Conselho Nacional de Educação, que dizia que havia, de facto, um flagelo nesta matéria.

Portanto, eu gostaria de saber qual era o critério do Partido Socialista para aceitar pareceres do Conselho Nacional de Educação ou para os pôr na gaveta, porque não se entende. E a Sr.ª Deputada tem uma visão completamente esquizofrénica do Conselho Nacional de Educação.

Aplausos da IL.

Protestos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada, vamos colocar os pés na terra, se não se importa. O tema que nos traz é pertinente, mas não é, nem de longe, um dos essenciais.

Mais uma vez, os senhores esquecem o principal, que é a escola e a sua missão, que está hoje completamente desvirtuada e com foros de quase inutilidade no interior do País. Os sucessivos teóricos dos

gabinetes — que não dão uma aula há décadas, mas que mandam nisto — conseguiram reduzir a escola à quase inutilidade, para a esmagadora maioria dos alunos do interior.

No interior, temos de somar aos problemas da autoridade retirada aos professores e auxiliares as consequências da instalação da indisciplina e da cultura do facilitismo para um sucesso escolar absolutamente falso. Três mentiras!

Temos também de somar a pobreza dos alunos e dos seus pais, muitas vezes sem *net* ou TV por cabo, e o calvário das deslocações diárias dos alunos e dos professores por estradas do tempo da monarquia — felizmente, agora sem portagens, graças ao Chega —, deslocações para escolas degradadas onde chove e se instala o frio no inverno.

Ora, sempre foi isto o socialismo: tudo à tripa-forra para uns poucos — como a festa da Parque Escolar, de milhões esbanjados em meia dúzia de escolas — e zero para a maioria.

No interior, temos agora um número absurdo de alunos provenientes de países onde nem sequer o nosso alfabeto usam. Os senhores escancararam a porta à imigração clandestina e, agora, enquanto os pais passam o dia sentados nas praças, sem fazer nada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Tilly** (CH): — … os filhos estão nas escolas a obrigar os professores a uma missão impossível, que é ensinar crianças oriundas do Nepal e do Afeganistão e comunicar com elas.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Já não chegava o *burnout* dos professores e o desinteresse crescente dos alunos por uma escola que se transformou num armazém de crianças; já não chegava a gigantesca fraude em que se tornou a avaliação!

Srs. Deputados, da mesma forma que urbanidade não é urbanismo, como diria o Sr. Deputado Hugo Soares, também sociedade não é socialismo. Socialismo não rima com sociedade; o que rima com sociedade é inteligência e liberdade.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para o seguinte pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Louro, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, depois desta intervenção da Sr.ª Deputada do Partido Socialista Sofia Pereira, a principal pergunta que toda a Câmara tem para fazer é: porquê? Porquê?! Porque é que o Partido Socialista só se preocupa com a educação quando está na oposição? Porque é que o Partido Socialista só se preocupa com as escolas quando está na oposição? Porque é que o Partido Socialista só se preocupa com os professores quando está na oposição? Mas porque é que o Partido Socialista só se preocupa com os jovens quando está na oposição?

É que, quando foram Governo, durante oito anos, os jovens não interessavam. A realidade de um jovem em Portugal era dramática, a realidade das escolas públicas era dramática, mas também a realidade dos professores era dramática.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Agora lembram-se dos que despediram?!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Basta lembrar que os professores, no tempo do Partido Socialista, passavam o tempo na rua, a manifestar-se, em vez de estarem na escola, onde estão hoje, a dar aulas aos alunos, porque esses, sim, são os principais prejudicados quando os professores estão lá fora, na rua, a manifestar-se, como acontecia no tempo do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Por isso, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, porque é que a Sr.ª Deputada não falava tanto dos jovens, das escolas e dos professores, no tempo em que o Partido Socialista era Governo, e agora lembrou-se dos jovens?

Só há uma pergunta que resta: será assim tão grande o desespero, por parte do Partido Socialista, no que diz respeito à procura do voto jovem?

Ora, Sr.ª Deputada, os jovens não são parvos e sabem que as soluções não estão desse lado da bancada; não são, de certeza absoluta, as soluções do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem até 3 minutos, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada Angélique, não vou usar o termo que a Sr.ª Deputada decidiu utilizar, mas acho mesmo estranho que o partido que gostaria de destruir a escola pública venha com total propriedade falar da mesma. Para a próxima, convidava-a a trazer também a nota de que foi o Partido Socialista que começou o descongelamento.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Começou e parou!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Portanto, se calhar, trazer só parte das notas é conveniente para o debate parlamentar, mas acaba por não trazer a verdade dos factos.

Sr. Deputado do partido Chega, o que nos traz aqui é, de facto, aquilo que querem para os jovens. O partido que fala dos jovens, o partido que anda sempre com os jovens na boca, o que nos tem aqui a dizer é que, afinal, a participação dos jovens na vida da sua escola não é importante. Portanto, aquilo que nos vem dizer é aquilo que significam para os jovens.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

É «muita parra e pouca uva». Não se preocupam com os jovens, preocupam-se com eleitoralismos! Os jovens que já estiveram aqui e que estão lá fora a ouvi-lo, vão ouvir que, de facto, para o partido Chega, os jovens não contam, a nossa voz não conta.

Protestos do CH.

Sr. Deputado João Pedro Louro, quero-lhe dizer que também acho curioso que o Sr. Deputado venha falar de jovens. Este Governo, como temos visto, a única coisa que traz para os jovens é mais precariedade, menos salário, desinvestimento na educação e no ensino superior, mais impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Menos impostos!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Não se preocupa com os jovens, retirou aos jovens direitos que tinham, não lhes pagou quando era devido, tirou esses apoios!

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Precariza-nos, não temos habitação digna!

Aplausos do PS.

E é isto que o Sr. Deputado, que é um jovem, diz aos jovens!

Sr. Deputado João Pedro Louro, vou recuperar uma palavra sua, muito recentemente, num debate: devia ter vergonha face aos jovens e à nossa geração.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem, neste momento, mais inscrições. Peço às direções das bancadas que decidam se querem inscrever as Sr.as e os Srs. Deputados para intervenções ou se devemos passar ao encerramento.

Pausa.

Inscreveu-se, para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Pedro Alves. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este debate, ou melhor, este ajuntamento de medidas avulsas foi convocado pelo Partido Socialista. Pergunto: foi isto o melhor que conseguiram? É isto que têm para dizer sobre educação em Portugal? É meia dúzia de ideias soltas, atiradas à pressa para cima da mesa, como quem tenta disfarçar as desculpas com frases redondas?

Isto não é uma reforma, é um pedido de desculpas muito mal disfarçado. Terá agora o PS coragem para pedir desculpa aos portugueses ou continuará a fingir que nada tem a ver com o que deixou? Porque convém lembrar que, entre 2015 e 2024, o País foi governado pelo Partido Socialista. E o que é que deixaram? Deixaram o sistema educativo com professores a sair em massa e sem saberem sequer quantos eram. Deixaram uma carreira docente injusta e desigual, uma escola pública fragilizada e nenhuma visão para o futuro, nem sequer para o presente.

Durante anos, ignoraram, adiaram, empurraram com a barriga, deixaram acumular problemas, desmotivaram escolas e afastaram professores. Agora, vêm ao Parlamento comentar aquilo que deviam ter resolvido. Querem recomendar ao Governo que faça o que eles não fizeram. Querem dar lições daquilo que nunca souberam concretizar.

Há bem pouco tempo, neste Plenário, o Sr. Deputado Porfírio Silva dizia que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista teriam recuperado o tempo de serviço e que nem sequer teria havido qualquer tipo de ameaça para os professores. Pois, eu digo-lhe, Sr. Deputado, que houve em dois momentos e as provas são públicas. Estão aqui, nestas notícias.

O orador exibiu as notícias que mencionou.

Em 2019, depois do fim da geringonça, António Costa ameaçou demitir-se, se houvesse acordo para a recuperação integral do tempo de serviço.

Aplausos do PSD.

Digo-lhe mais ainda: em 2018, fez o mesmo, ameaçando que ou havia recuperação integral do tempo de serviço ou havia conclusão ou duplicação do IP3. Nem uma coisa, nem outra!

Aplausos do PSD.

Quanto ao IP3, as obras deveriam ter sido concluídas em 2022, mas iniciaram-se agora, com este Governo, em 2025!

Mas há hoje um Governo diferente, um Governo com coragem, com visão e responsabilidade. Um Governo apoiado pelo PSD, que está a fazer o que nunca se teve coragem para fazer: reformar a educação, com resultados concretos.

Quanto ao apoio à deslocação de professores, este foi alargado a todos os docentes colocados a mais de 70 km da sua residência fiscal. Trata-se de um problema que o PS ignorou anos a fio. Agora há justiça, previsibilidade e resposta, onde antes havia silêncio.

Quanto à formação dos professores, foram assinados 11 contratos-programa com o ensino superior. Criaram-se 9677 vagas até 2030. Formar professores é preparar o futuro, e o futuro começa já.

Há bolsas para quem entra na Educação Básica e em mestrados de ensino, um incentivo direto à formação e ao mérito — planeamento e visão que o PS nunca teve.

Foi criado um curso gratuito de profissionalização em serviço para 2025 e 2026. Mais de 300 docentes vão finalmente entrar no quadro. Anos de espera que o PS deixou acumular.

Aplausos do PSD.

O regime de mobilidade por doença foi revisto, com critérios claros, mais justos, mais humanos — uma reforma sensata e transparente, porque este Governo ouve, acompanha e ajusta. Isto é governar, isto é reformar, isto é resolver o que está mal.

O PS fez da educação um campo de promessas falhadas, carreiras congeladas, escolas desmotivadas. Hoje, vêm falar da escola pública como se fossem os seus defensores, mas, quando lá estiveram, não quiseram saber de rigorosamente nada. Falam de valorização dos professores, mas congelaram as carreiras. Falam da escola pública, mas deixaram milhares de alunos sem aulas. Falam de planeamento, mas deixaram o sistema sem professores. O PSD faz, o PS apenas fala.

Protestos de Deputados do PS.

Nós, no PSD, não fazemos política educativa a falar e a pensar em sondagens; fazemo-la a pensar nas famílias, nos alunos e nos professores.

Aplausos do PSD.

Por isso é que aquilo que este Governo está a fazer não são remendos, são respostas estruturais; não é propaganda, são compromissos realizados. Este Governo enfrenta os problemas de frente, planeia tudo a prazo e devolve dignidade à escola pública, uma escola que precisa de estabilidade, justiça e ambição. E é exatamente isso que o Governo está a garantir.

Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, fiquem bem com os vossos panfletos propagandísticos. Deixem-nos ficar a nós com a responsabilidade. A escola pública não precisa de discursos, precisa de direção, e é isso que este Governo está a dar.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Inscreveu-se, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr.ª Presidente: A ignorância, o preconceito e a mentira invadiram este Plenário! Invadiram este Plenário pela mão da esquerda.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — O PS disse, há pouco, que a Iniciativa Liberal queria destruir a escola pública. É falso, Sr.ª Deputada. Aquilo que disse é falso!

As escolas que têm contratos com o Estado ensinam o mesmo ensino público que as outras escolas todas. Portanto, é falso que a Iniciativa Liberal queira destruir a escola pública. Dizer isso só revela ignorância, só revela preconceito.

Há quem ache que estas escolas são negócio — foi isso que foi dito nos apartes, aqui: «Estas escolas são negócio!» Aquilo que eu gostaria de saber era se os Srs. Deputados da esquerda acham um negócio as escolas que não veem os seus valores atualizados há décadas e que acolhem e proporcionam maior autonomia a crianças com deficiências profundas. Acham que isso é negócio? Acham negócio estas escolas que acolhem estas crianças, que lhes dão ferramentas para um futuro melhor, que proporcionam a essas famílias poderem trabalhar, poderem agir com dignidade? Acham que isso é negócio?

Estas intervenções, neste Plenário, foram vergonhosas, e isso só mostra que, efetivamente, a esquerda está de cabeça perdida!

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Sofia Canha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sofia Canha** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um sistema educativo é a base fundamental de um país para o seu desenvolvimento humano e social. As crianças e os jovens são os principais elementos da nossa ação educativa, mas não os únicos, já que a sociedade atual, em dinâmicas contínuas, exige respostas de formação ao longo da vida. Contudo, qualquer sistema não funciona sem profissionais tecnicamente bem preparados, ao que se acrescenta com carreiras atrativas e boas condições de trabalho.

Assim, o Partido Socialista vem propor uma série de recomendações ao Governo no sentido de se corrigirem algumas iniquidades geradas por medidas legislativas em vigor, que afetam grupos profissionais de educação, nomeadamente os assistentes operacionais, os assistentes técnicos, os professores e os inspetores.

Relativamente às carreiras dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, consideramos que a atual definição das suas funções e responsabilidades não se coaduna com a dimensão pedagógica da sua ação profissional. Estes asseguram o bem-estar e a segurança dos alunos, assim como dedicam parte do seu tempo ao acompanhamento dos estudantes com necessidades educativas específicas e, em relação a esta última função, é gritante a necessidade de reforçarmos o número de assistentes operacionais com formação adequada às exigências atuais da escola pública, que se quer verdadeiramente inclusiva.

O Partido Socialista acompanha outra questão que se refere ao reposicionamento docente e à correção de ultrapassagens na carreira de professores.

Com efeito, a Portaria n.º 119/2018 promoveu o reposicionamento de docentes que ingressaram entre 2011 e 2017 e consagrou o regime transitório para 2018. Porém — é preciso reconhecê-lo —, não acautelou a situação dos docentes que ingressaram antes de 2011 e que estão a ser ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço, ou seja, desde 2018.

É, pois, no sentido de assegurar a equidade entre docentes e corrigir as ultrapassagens na progressão da carreira que o PS traz uma recomendação ao Governo para que reveja os critérios de reposicionamento da carreira docente, previstos na referida portaria.

Ainda a respeito de professores, regista-se outra injustiça: há aqueles que têm tempo de serviço prestado no ensino superior e que foram abrangidos pelo Plano + Aulas + Sucesso e que não viram o mesmo ser contabilizado para efeitos de progressão na carreira, aplicando-se-lhes o período probatório definido no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Assim, o projeto que o PS apresenta vai no sentido de que seja dispensado o período probatório para todos os docentes com experiência prévia no ensino superior e que se garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado e a progressão adequada na carreira, nas mesmas circunstâncias dos docentes contratados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 51/2024. Aliás, a revisão do Estatuto da Carreira Docente poderá até ser uma oportunidade para acabar definitivamente com esta injustiça.

Por fim, trazemos um novo projeto para outro grupo profissional, os inspetores de educação. Recomendamos, por isso, que se reconheça esta carreira como segunda carreira, por referência à carreira docente, e se proceda à revisão daquela carreira com vista à adaptação das condições de ingresso, progressão e avaliação às especificidades da carreira.

Srs. Deputados, o PS não foge às suas responsabilidades. Somos exigentes com os nossos princípios, mas não somos rígidos com as decisões que tomámos.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa volta a não ter inscrições e, mais uma vez, peço às bancadas que decidam se querem inscrever Sr.ªs e Srs. Deputados para usarem os tempos de que ainda dispõem.

Pausa.

Para uma intervenção, inscreveu-se o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Grupo Parlamentar do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Chegámos ao final de um longo debate sobre o ensino, sobre a escola, sobre a educação e sobre os seus profissionais. Durante horas ouvimos muitas palavras bonitas, rasgados elogios e agradecimentos, vindos de todas as bancadas, àqueles que fazem acontecer a escola.

Por isso, no encerramento deste debate, há duas notas que gostava de deixar.

Em primeiro lugar, queria dizer que parece que convergimos no diagnóstico e na identificação dos problemas. Ora, se alcançamos unanimidade na identificação dos problemas, da falta de professores à necessidade imperiosa de se corrigirem as injustiças e ultrapassagens que ainda existem na carreira, este é, pois, o momento de haver coragem política e lealdade institucional para aprovar alguns dos diferentes diplomas que hoje aqui estão em discussão e que visam, justamente, a resolução destes problemas.

Mas há uma segunda nota que não podia deixar de dar nesta intervenção, que tem a ver com o facto de este debate ter ocorrido por ter sido agendado pelo PS, num ato de desespero e numa clara tentativa de contenção de danos políticos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E vimos coisas extraordinárias: o PS a apresentar propostas, que — é bom que se saiba — nunca viram a luz do dia ao longo dos oito anos dos seus governos.

Aplausos do CH.

Propostas que nos seus considerandos nada mais são do que um autoelogio saudosista e vazio de tempos que já lá vão. Exemplo disso é o que dizem dos assistentes técnicos e operacionais em exercício de funções nas escolas.

Vou até ler o que é que dizem na vossa proposta, para que fique bem patente o ridículo a que se prestam neste debate. Diz o seguinte: «Reconhecer e valorizar o profissionalismo, o esforço e a dedicação destes profissionais foi o que fez o XXI Governo Constitucional.»

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Ora, eu pergunto, não aos Srs. Deputados, mas a todos os auxiliares de ação educativa que nos acompanham lá em casa: em que é que o Partido Socialista reconheceu e valorizou a vossa profissão?…

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Em nada! Em absolutamente nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E é isto que tem de ficar hoje claro.

Aplausos do CH.

Mais ainda, recordo que foi no malfadado Governo de José Sócrates que foram extintas as suas carreiras e que passaram para as carreiras gerais da Administração Pública,…

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — … com tudo o que isso acarretou ao nível do sistema de avaliação e desempenho, ao nível da perda de conteúdo funcional, ao nível da estagnação remuneratória que faz com que, hoje, assistentes operacionais com 20 ou 30 anos de casa estejam no limiar do ordenado mínimo e condenados a uma precariedade atroz.

Esta é outra verdade que aqui tem de ser denunciada.

Por isso, Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, concluo esta intervenção reiterando aquilo que fomos dizendo desde o início: o Chega tem uma e uma só palavra neste debate. Assim, quando dizemos que estamos ao lado dos profissionais do ensino, não nos ficamos pelas palavras; vamos aos atos.

Assim, por muito que haja divergências políticas a separar-nos — e penso que foram ficando bem patentes ao longo deste debate —, para o Chega, por cima e para além das divergências político-partidárias, estarão sempre, sempre as pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Por isso, hoje, como sempre, voltaremos a votar favoravelmente propostas da esquerda à direita, desde que visem valorizar e dignificar os professores e quem faz a escola acontecer. Esta é a nossa diferença.

Aplausos do CH.

Concretizamos na votação aquilo que proclamamos no discurso.

E o derradeiro apelo que deixo às outras forças políticas deste Parlamento é que tenham a mesma honestidade e sejam coerentes com as palavras que aqui disseram, a bem das escolas, a bem do ensino e da educação, a bem de Portugal!

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal,

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Neste debate tivemos oportunidade para estarmos todos aqui a debater educação, mas o Partido Socialista, que agendou este debate, fez com que essa oportunidade fosse perdida. Todavia, também criou outra oportunidade, que foi a de discutirmos aquilo que é serviço público, que podia ser sobre educação pública, sobre saúde pública, até sobre transportes públicos.

Mas falemos, então, de serviço público. De facto, há uma grande diferença, pelo menos entre a visão da Iniciativa Liberal e a de muitos partidos, nomeadamente à esquerda: é que, para os senhores, serviço público significa serviço prestado pelo Estado e, para nós, serviço público significa serviços prestados ao público, às pessoas. Aquilo que interessa no serviço público é o propósito, não é o proprietário.

Portanto, sejam escolas, sejam hospitais, sejam os transportes, eles podem ser do Estado, podem ser privados, podem ser sociais, podem até ser confessionais, religiosos… Ou será que os senhores, que defendem que tudo deve ser público, que tudo deve ser estatal, vão ter, por coerência, então, a coragem de dizer à Igreja Católica que tem de fechar as suas escolas?…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão**(CH) : — Quais escolas?! As deles?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ou vão dizer às misericórdias que têm de fechar os seus hospitais?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Partido Comunista não diz isso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É também uma questão de coerência que está aqui em cima da mesa. Por isso, de uma vez por todas, quando começarem a olhar para serviço público sem palas, sem dogmas, entendendo que serviço público significa serviço prestado às pessoas, a um público, a um determinado público, e não significa um serviço prestado pelo Estado, sendo que o Estado, em várias destas áreas, deve garantir o acesso e não ser necessariamente o prestador, quando conseguirem ter essa capacidade, sabem o que é que vai acontecer? Portugal vai ser, de facto, muito melhor.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Partido Socialista tem como uma das suas grandes prioridades a modernização do Estado português. Foi com esse objetivo que aprovou a Lei n.º 50/2018, marco decisivo na descentralização das competências do Estado para o poder local.

Esta lei materializa os princípios da subsidiariedade, da autonomia do poder local e da descentralização democrática da Administração Pública, traduzindo uma visão moderna do Estado, um Estado mais próximo dos cidadãos,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — … mais eficiente na gestão pública e mais justo na distribuição das responsabilidades governativas.

A descentralização representa, por isso, um novo modelo de governação, ou seja, um Estado que confia nas autarquias. No domínio da educação, esta cooperação tem permitido fortalecer o papel do poder local na escola pública, promovendo uma educação mais próxima, equitativa, inovadora e participativa, alinhada com os princípios da Lei n.º 50/2018.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a escola pública é o coração da nossa democracia e é o espaço onde o conhecimento se transforma em esperança, onde se cultivam valores e se constroem os sonhos do futuro.

Por isso, o Partido Socialista entende que a autonomia e a participação democráticas nas escolas devem ser reforçadas. Defendemos, assim, que as direções das escolas passem a ser eleitas por professores, técnicos, alunos e pais, em vez de serem nomeados pelos conselhos gerais, promovendo, assim, uma liderança participada e transparente, indispensável à autonomia da escola.

Defendemos, também, o fortalecimento do associativismo estudantil, alargando a base de participação, e permitindo aumentar a participação juvenil nas tomadas de decisão.

Foi com esta perspetiva de reforçar o papel da escola na comunidade, na qualidade do ensino e na modernização da escola pública que o Partido Socialista lançou um dos maiores programas de requalificação das infraestruturas escolares, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Acreditamos que investir na escola é, sim, investir no futuro do País. O Partido Socialista defende que os municípios, graças ao seu conhecimento profundo das realidades territoriais, desempenham um papel essencial na manutenção das infraestruturas escolares, na gestão dos transportes, no apoio ao pessoal não docente, na dinamização das atividades educativas e complementares.

Aplausos do PS.

A descentralização não é um fim em si mesmo, é um instrumento de coesão territorial e social. O seu sucesso depende da capacidade de garantir igualdade de oportunidade a todos os alunos, independentemente do local onde vivem.

Esta articulação resulta, sem dúvida, de um diálogo construtivo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que tem sido parceira ativa na concretização do processo de descentralização, sustentando uma visão da Administração Pública mais participada, transparente e próxima das comunidades educativas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 21/2019 operacionalizou esta transferência de competências, criando mecanismos de financiamento através do Fundo de Financiamento da Descentralização. Para monitorizar este processo, foi criada a Comissão de Acompanhamento da Descentralização, cuja missão era assegurar o acompanhamento e a avaliação da adequabilidade dos recursos financeiros distribuídos a cada área de competência, tendo sido extinta em dezembro de 2024.

Contudo, esta extinção deixou por concluir uma tarefa essencial, a de garantir transparência e avaliação permanente, não existindo à data, em 2025, qualquer relatório atualizado. É uma lacuna que importa corrigir.

Mas descentralizar não é, naturalmente, desresponsabilizar. Deste modo, torna-se imperativo criar instrumentos contínuos de acompanhamento, monitorização e avaliação que assegurem transparência, equidade e eficácia na aplicação dos recursos e na gestão das responsabilidades assumidas pelos municípios.

É essencial que o processo de descentralização funcione como um fator de coesão territorial e social e o seu sucesso dependa da capacidade de garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, independentemente do local onde vivem.

Aplausos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Srs. Deputados, a descentralização só cumprirá o seu propósito se servir as pessoas, se reforçar a escola pública e se aproximar o Estado dos cidadãos e o País só será verdadeiramente coeso quando a bússola de ação e de conhecimento apontar em todas as direções.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Aproveitemos o tempo que a Sr.ª Deputada vai precisar para chegar ao seu lugar, para anunciar à Câmara que hoje também é o dia do aniversário da Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Livre. Muitos parabéns, Sr.ª Deputada.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

A Sr.ª Deputada Aida Carvalho tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada, na sua intervenção falou em PRR e eu gostaria de saber onde é que esteve o PS para gerir as verbas que era preciso descentralizar para os municípios, para que estes conseguissem tirar as coberturas de amianto das escolas quando o amianto é proibido há 20 anos. Sr.ª Deputada, onde é que o PS estava?

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Mas também lhe queria perguntar, porque na sua intervenção referiu que o código postal não tem importância, não tem interesse para as crianças, e nisso a Iniciativa Liberal também está de acordo, portanto, se o Código Postal não tem importância, o que é que o PS defende que aconteça em Arruda dos Vinhos onde, como sabe, as paredes daquela escola não são públicas, são privadas, mas aquela escola tem um contrato de associação com o Estado? Como sabe, o executivo da Arruda dos Vinhos é do PS. A Sr.ª Deputada defende que essa escola deva ser encerrada porque as paredes são privadas?

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Eurico, e agora?!…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr.ª Presidente, só quero dar nota à Sr.ª Deputada Angélique de que o Partido Socialista esteve ao lado dos autarcas a desenhar os projetos do PRR. Foi onde esteve o Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.ªs e Srs. Deputados, não temos inscrições. Presumo, portanto, que possamos passar ao período de encerramento.

Pausa.

Para encerrar este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, outra vez?! O Porfírio já voltou a mandar!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês gostavam todos de ser do PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se não fosse o Sérgio, ele não estava aqui!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, sim, o PS continua a apresentar propostas que não apresentámos antes e vamos continuar a fazê-lo. Há uma razão para isso: a escola pública avança sempre com o PS.

Aplausos do PS.

Quando a direita dizia que havia doutorados a mais em Portugal, o PS insistiu na qualificação e isso valeu a pena; quando o PSD se absteve no alargamento da escolaridade obrigatória para o segundo ano porque tinha dúvidas, o PS insistiu e valeu a pena; e vamos continuar, porque foi sempre com o PS que a escola pública progrediu em Portugal.

Aplausos do PS.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não somos a oposição de dizer que está tudo mal, como nunca dissemos antes que estava tudo bem,…

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — Ora!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … mas continuamos a propor gestão das escolas, estatuto do aluno e ética escolar, colaboração entre o poder local e as escolas, valorização dos profissionais.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Se pensavam que íamos desistir de continuar a apresentar propostas para todos os domínios da educação em Portugal, enganaram-se, porque vamos continuar e o País precisa que nós continuemos.

Aplausos do PS.

Para desmontar alguns dos mitos que alguns aqui trouxeram, na falta de alguma coisa para dizer acerca das nossas propostas, quero dizer-vos o seguinte: não confundamos liberdade de ensino com financiamento. A esmagadora maioria das entidades que proporcionam ensino a partir do privado e do cooperativo, não recebem financiamento do Estado nem o pedem.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Vergonha!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O que fizemos recentemente foi pedir ao Governo o racional dos financiamentos às entidades privadas, porque queremos saber, queremos que seja transparente, queremos que toda a gente conheça e será na base desse racional que nos posicionaremos para sermos justos, para sermos transparentes,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS, transparente?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … para que o País saiba o que se paga e porque é que se paga em função das circunstâncias.

Nós não vamos atrás deste ou daquele que acha que merece mais ou acha que merece menos, não vamos atrás da oportunidade de umas eleições…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabou! Olha o tempo, Porfírio!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … para aumentar isto ou aumentar aquilo, queremos critérios, queremos o racional do financiamento, e por aí continuaremos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Que desperdício!…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Com esta intervenção, encerramos o nosso ponto um da ordem de trabalhos. Vamos, portanto, passar ao ponto dois, constituído por votações regimentais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, tudo a levantar-se! Se estivessem senados! É sempre isto!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, abrir o sistema para registar as presenças e a verificação de quórum.

Pausa.

Alguma Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado não se conseguiu registar? A quem não tiver conseguido, peço o favor de se levantar e anunciar, é mais fácil para o registo.

Começando aqui pela minha direita, parece que está tudo aqui registado. Continuando, tenho a indicação de que os Srs. Deputados Francisco Covelinhas Lopes e Paulo Neves, do PSD, não se conseguiram registar. Não havendo mais ninguém, posso encerrar a verificação do quórum.

Pausa.

Estão presentes 199 Sr.ªs e Srs. Deputados, portanto, temos condições para proceder às votações. Pedia agora atenção para que corresse tudo com a celeridade e normalidade das votações.

Vou pôr à votação, o requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª (PS) — Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar o Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª (PS) — Solicita ao Conselho Nacional de Educação a elaboração de um estudo que perspetive a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e a abstenção do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 293/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que estabeleça mecanismos permanentes de monitorização, acompanhamento e avaliação no âmbito da transferência de competências para os municípios na educação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL, do PCP e do BE.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 294/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão estruturada e abrangente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O projeto baixa à 8.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 291/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Este projeto baixa igualmente à 8.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 295/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Baixa, assim, à 8.ª Comissão.

Votamos, agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 296/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este projeto baixa também à 8.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 253/XVII/1.ª (PAN) — Consagra a possibilidade de existirem dois encarregados de educação dos alunos no caso de residência alternada, procedendo à alteração à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos o requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 256/XVII/1.ª (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 258/XVII/1.ª (JPP) — Aproxima o regime de mobilidade por doença à sua natureza de proteção e equipara a prioridade dos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho (na redação do Decreto-Lei n.º 43/2025, de 15 de abril).

Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PSD, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do PCP e do CDS-PP.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 265/XVII/1.ª (BE) — Regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário (altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 266/XVII/1.ª (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Votamos, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º 272/XVII/1.ª (L) — Autonomiza a carreira especial dos inspetores da educação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 273/XVII/1.ª (L) — Garante justiça e formação nos estágios do mestrado em Ensino.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 66/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e equidade na carreira docente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP.

Baixa, assim, à 8.ª Comissão.

Temos agora a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 325/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a regularização dos vínculos laborais precários dos técnicos especializados em estabelecimentos de ensino público.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Votamos, ainda, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 332/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para informar a Mesa de que vamos apresentar uma declaração de voto escrita em relação a este projeto.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

De seguida, temos a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 350/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 8.ª Comissão.

Finalmente, votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 351/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização das tarefas educativas dos assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e a abstenção do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é que é sectarismo! É aquela lógica de que os assistentes são nossos, mais ninguém pode fazer nada por eles!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não estamos a votar um título!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vêm aí declarações de voto!

O Sr. **Presidente**: — Este projeto de resolução baixa também à 8.ª Comissão.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, era para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre este projeto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem que é escrita!

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

A nossa próxima reunião é amanhã, sexta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Do primeiro ponto da nossa agenda consta o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 14/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Estatuto da Pessoa Idosa, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 251/XVII/1.ª (PCP) — Carta dos Direitos Fundamentais dos Reformados, Pensionistas e Idosos, 259/XVII/1.ª (PAN) — Aprova a Carta

dos Direitos da Pessoa Idosa, 260/XVII/1.ª (PAN) — Criminaliza o abandono de pessoa idosa e operacionaliza o seu direito de proteção contra a violência, procedendo à alteração do Código Penal e do Código Civil, 271/XVII/1.ª (CH) — Reforça a proteção dos idosos que sejam vítimas de crimes, 274/XVII/1.ª (L) — Aprova a Carta dos Direitos da Cidadania Sénior, 277/XVII/1.ª (PS) — Estabelece o regime de apoio à autonomia, saúde e segurança das pessoas idosas, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 343/XVII/1.ª (BE) — Pelo reconhecimento de direitos e por uma maior proteção e participação das pessoas idosas e 346/XVII/1.ª (CH) — Reconhecimento do dia 22 de dezembro como o «Dia nacional de respeito pelos idosos».

Num segundo ponto teremos a discussão, na generalidade, das Propostas de Lei n.os 29/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2024/886, no que diz respeito às transferências a crédito imediatas em euros, 31/XVII/1.ª (GOV) — Executa na ordem jurídica interna o artigo 38.º do Regulamento (UE) 2023/1113, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e de determinados criptoativos, e altera a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, e 32/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2023/1114, relativo aos mercados de criptoativos e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, e (UE) n.º 1095/2010 e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/1937, conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 337/XVII/1.ª (PAN) — Por políticas de combate à publicidade enganosa de criptoativos em plataformas de redes sociais, em cumprimento do Regulamento (UE) 2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023.

Segue-se, no ponto três da agenda, o debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 47/XVII/1.ª (CH) — Proíbe a ocultação do rosto em espaços públicos salvo determinadas exceções.

Já no quarto ponto da ordem do dia, teremos a discussão do Projeto de Resolução n.º 206/XVII/1.ª (PCP) — Medidas para garantir os professores a todos os estudantes e valorizar os professores e educadores, conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 268/XVII/1.ª (BE) — Regime de compensação a docentes deslocados (altera o Decreto-Lei n.º 57-A/2024, de 13 de setembro) e os Projetos de Resolução n.os 58/XVII/1.ª (PAN) — Pela valorização dos professores que não irão beneficiar do descongelamento da carreira docente 237/XVII/1.ª (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos professores, 326/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para assegurar o rejuvenescimento da profissão docente e 344/XVII/1.ª (BE) — Valorização da carreira docente e profissionalização em serviço.

De um quinto ponto da nossa agenda consta o debate do Projeto de Resolução n.º 249/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo da República um novo regime excecional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras, por via de um aditamento ao Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, conjuntamente, e na generalidade, com os Projetos de Lei n.os 212/XVII/1.ª (CH) — Aumenta o valor da retribuição-base e estabelece o direito à perceção de subsídio de turno e de diuturnidades por parte dos bombeiros que integram as equipas de intervenção permanente, 262/XVII/1.ª (PAN) — Cria um regime excecional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras e assegura a valorização dos bombeiros e os seus direitos, procedendo à alteração de diversos diplomas, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 245/XVII/1.ª (L) — Recomenda a valorização dos bombeiros das associações humanitárias de bombeiros, 327/XVII/1.ª (PCP) — Valorização da carreira de bombeiro sapador, 338/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, proceda à criação de um regime excecional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras, e 347/XVII/1.ª (L) — Recomenda a valorização da profissão de bombeiro.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, ainda não acabou a Sessão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda por cima do PSD!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a observação.

Estava a ler a ordem do dia e não me apercebi de que já havia debandada. Apetecia-me, agora, reler a ordem do dia, numa versão Prof. Vítor Gaspar.

Risos do PSD, do CDS-PP e do CH.

Mas não faço essa maldade a VV. Ex.as.

De um sexto ponto consta o Projeto de Resolução n.º 318/XVII/1.ª (CAE) — Parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento n.º 1141/2014, de 22 de outubro de 2014, relativo ao estatuto e financiamento dos partidos políticos e das fundações políticas europeias (reformulação) COM (2021) 734, sem tempos de discussão atribuídos, a que se seguirão, num sétimo e último ponto, as votações regimentais.

Srs. Deputados, relembro que amanhã a sessão terá início às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

Até amanhã.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 332/XVII/1.ª:

O Grupo Parlamentar do Chega votou contra na votação relativa ao Projeto de Resolução n.º 332/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública, na votação na generalidade ocorrida no dia 16 de outubro de 2025, pelas seguintes razões:

i) O Chega sempre defendeu a valorização de todos os profissionais da escola pública.

ii) O Chega apresentou propostas neste debate que vão ao encontro das necessidades dos profissionais do ensino.

iii) O PCP fez uma mixórdia temática, misturou assuntos, desde as reformas na CGA até aos assistentes operacionais, aos professores. Tudo no mesmo projeto, ultrapassando largamente o objeto do que propõe fazer.

iv) O PCP tem uma marca ideológica muito vincada que não podemos descurar.

O Grupo Parlamentar do Chega assume o seu compromisso com a valorização dos profissionais do ensino e está empenhado em aprovar propostas que sejam sérias e credíveis.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Chega*, Pedro Pinto — Maria José Aguiar — Rui Cardoso — José de Carvalho — Manuela Tender — Rui Fernandes.*

Nota: *A declaração de voto anunciada pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.